

PROCOLOS PRÓPRIOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO TERRITÓRIO WAYAMU

TI NHAMUNDÁ-MAPUERA

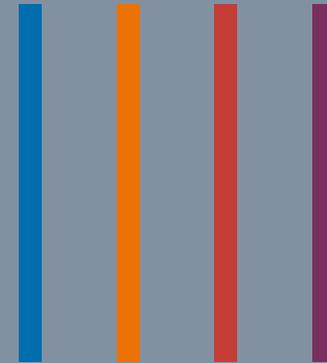
TI TROMBETAS-MAPUERA

TI KAXUYANA-TUNAYANA



PROTOCOLOS PRÓPRIOS DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO TERRITÓRIO WAYAMU

RETRATOS DE JOANISIO MESQUITA



TI NHAMUNDÁ-MAPUERA
TI TROMBETAS-MAPUERA
TI KAXUYANA-TUNAYANA



KARITA ANWEKÎN **WAYAMU** ROWON
PONO KOMO YANMEN

CEKAYPORE MAKÎ MEN CEXPORE NASÎ MÎN HAKÎ
CIRATAW KACHO KARITA, PAHXA NHE RMA CIRPORE NASÎ,
KIRWANHE CIRPORE NAY HAM KACHO,
YENTACHO **WAYAMU** ROWON PONO KOMO YAY NO

ONYTXANO YTXOHO ENYORU ME TOTO KOMO
YOSONYTXATXHO **WAYAMO** YUKRYEKAN HONKOMO

WOTURHONO WETOHU YOSMAHTOTOHU IHITORME
HOTKO PÏREHNO YAMÏ NITXANUR /NAMOREHTO TAYE
RO **WAYAM** RONON TAWONOMU WÏYA

WËTURUTO IWEHTO AKENAHTËNE, WAPONKËRE
TARËNOTON INJANOPÏ/IPUNËHTO TAERË TARËNOTON
WAYAMU NONO TOAN TOMOYA

Território WAYAMU 6

Alto rio Jatapu e rio Jatapuzinho 36

Rio Mapuera 60

Rio Nhamundá e baixo rio Jatapu 82

Rios Trombetas, Cachorro e Turuni 104

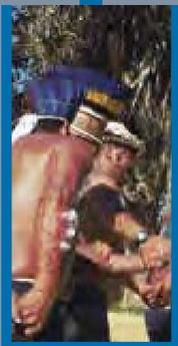
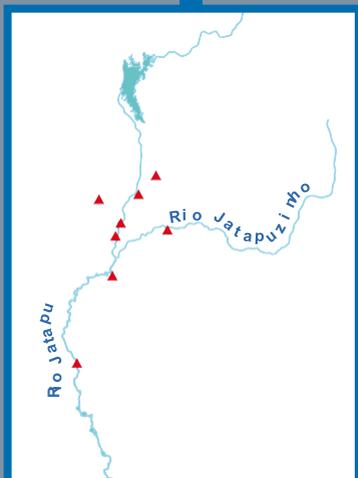
Legislação anexa 124

Elaboração do documento | participantes 129

Nota sobre a publicação:

Esta é a versão integralmente em português do Protocolo Wayamu destinada aos órgãos, instituições e/ou pessoas em geral. Versões nas línguas indígenas locais serão destinadas aos falantes de cada uma delas.

Alto rio Jatapu e rio Jatapuzinho

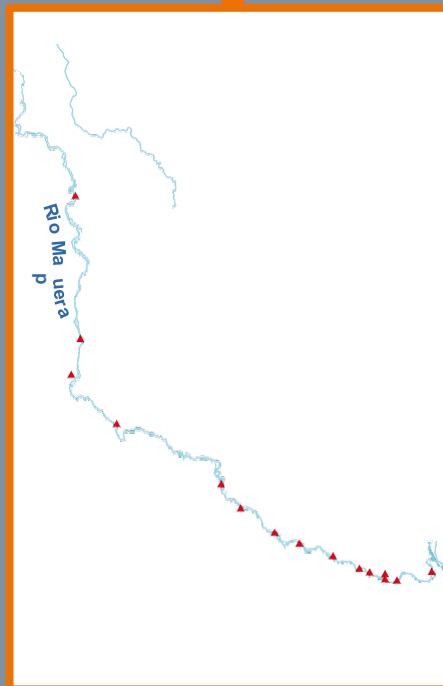


RENAN REIS

Rio Mapuera



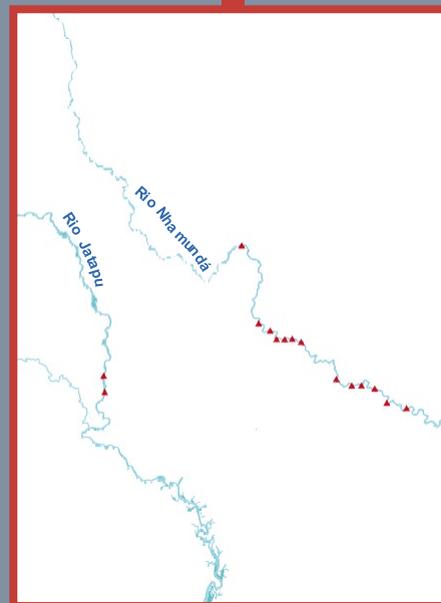
MARINA MINARI



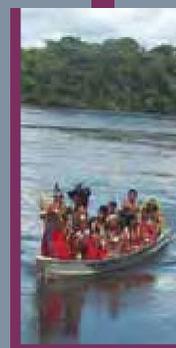
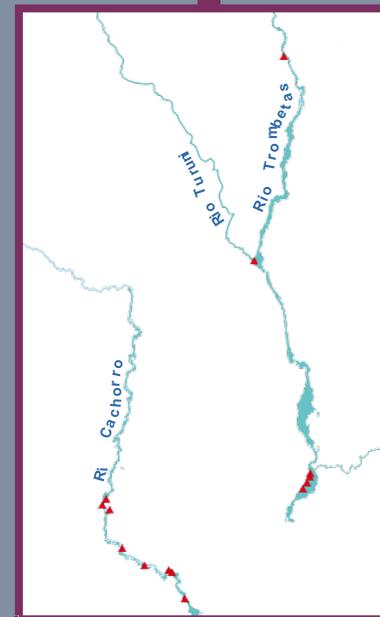
Rio Nhamundá e baixo rio Jatapu



MARINA MINARI



Rios Trombetas, Cachorro e Turuni



JACILENE KAXUYANA TIRIYÓ

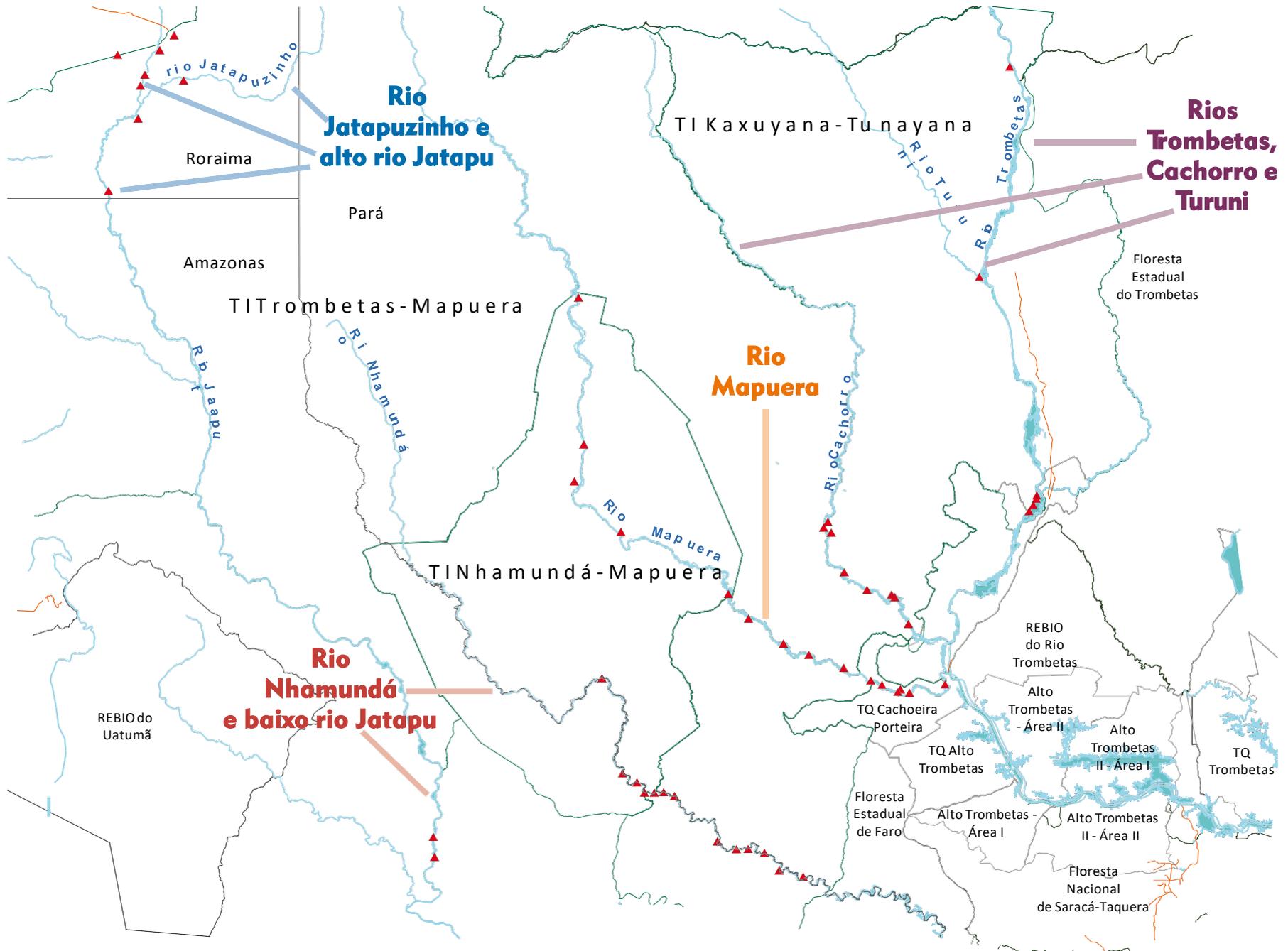
PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO TERRITÓRIO WAYAMU

6



AVENTINO KAXUYANA, TIPIRÓ

<i>Introdução</i>	12
<i>Como nos organizamos</i>	24
<i>Passo a passo da consulta à União do Território Wayamu</i>	30
ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA	32
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS	33
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL	34
NEGOCIAÇÃO	35
DECISÃO FINAL	35



Introdução

12 Nós, Hexkaryana, Waiwai, Katxuyana, Kahyana, Katwena, Tunayana, Xerew, Parukwoto, Mawayana, Txikiyana, Xowyana e demais povos indígenas, autores destes protocolos de consulta e consentimento prévio, habitamos um vasto território entre o noroeste do estado do Pará, o norte do Amazonas e o leste de Roraima. Estamos espalhados pelas bacias dos rios Nhamundá, Mapuera, alto curso do Trombetas, Cachorro, Turuni, Jatapu e Jatapuzinho. Esses são nomes que os brancos nos deram. Nós chamamos alguns desses rios também por outros nomes: Yemaná, Ixamna, Kumuwo, Kahu, Kaapu, Katxouru, Kacorí, Taraw. Formalmente, estamos em três Terras Indígenas (TIs): Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana; e também em aldeias situadas em parte do nosso território de ocupação tradicional ainda não reconhecido pelo Estado, no baixo curso do rio Jatapu.

Desde o início do ano de 2018 passamos a nos reunir para elaborar os nossos protocolos de consulta e consentimento prévio. Os protocolos escritos neste livro são o resultado de muita conversa, de muitos acordos pactuados entre nós ao longo de dois anos, em várias oficinas e reuniões nas nossas aldeias, com a participação das nossas lideranças locais, representantes de nossas associações, representantes da FUNAI e de toda a comunidade. Nossas aldeias estão espalhadas por uma região muito grande, e os encontros para elaborar estes nossos protocolos dependeram de muita vontade nossa, de grandes esforços para nos locomovermos e transportarmos equipamentos a pé, em nossas canoas, em embarcações e veículos de terceiros, e até mesmo em aeronaves. Em algumas dessas viagens levamos até cinco dias, apenas para ida ou volta de uma aldeia à outra. Nossos rios são de difícil navegação, repletos de cachoeiras, corredeiras, rochas e varadouros. As viagens são perigosas, dependem de nossa força física e de verdadeira disposição. Nas aldeias que sediaram as reuniões e oficinas, trabalhamos para providenciar acomodação

e alimentos aos participantes vindos de outros lugares. E, como falamos línguas diferentes entre nós, da família Karib (dentre elas, hexkaryana, waiwai, tunayana, katxuyana, kahyana e tiriyo), os encontros dependeram também do empenho de tradutores indígenas destas línguas para o português e vice-versa, para nos comunicarmos entre nós e com as equipes não-indígenas que colaboraram nas oficinas, reuniões e encontros realizados.

Tudo isso porque é muito importante para nós discutir sobre a segurança do nosso território, sobre como podemos viver bem nele, e sobre

14 como chegar a acordos a respeito de como queremos ser ouvidos e consultados!

Assim, ao longo deste processo, realizamos os seguintes encontros:

2018

14 a 16 de maio – Aldeia Tawana, rio Mapuera, Pará (V Assembleia Karib)

10 a 14 de setembro – Aldeia Kassawá, rio Nhamundá, Amazonas

27 a 29 de novembro – Aldeia Mapuera, rio Mapuera, Pará

2019

30 de agosto a 01 de setembro – Aldeia Ayaramã, alto rio Trombetas, Pará

27 a 29 de setembro – Aldeia Jatapuzinho, rio Jatapuzinho, Roraima

11 a 14 de outubro – Aldeia Mapium, rio Mapuera, Pará (VI Assembleia Karib)

13 a 15 de novembro – Aldeia Chapéu, rio Cachorro, Pará

30 de novembro e 01 de dezembro – Aldeia Jatapuzinho, rio Jatapuzinho, Roraima

07 a 09 de dezembro – Aldeia Kassawá, rio Nhamundá, Amazonas



2020

29 de fevereiro a 05 de março – Santarém, Pará (Encontrão dos representantes do Território Wayamu)

Durante esse processo de conversas entre nós, pensamos na concepção de algo que nos simbolize em conjunto, povos aparentados que somos, vivendo em toda a região. Da Assembleia na aldeia Jatapuzinho, em Roraima, em setembro de 2019, saiu a proposta de criarmos a União do Território Wayamu. E por que wayamu? Esse nome é facilmente compreendido por todos nós, e identifica o animal que em língua portuguesa é chamado de jabuti. O wayamu é forte e resistente, seu casco é duríssimo e ele não morre com facilidade, mesmo quando ferido ou sem alimento por vários dias. O wayamu não desiste facilmente diante das dificuldades. Unidos, nós, povos indígenas da região, somos fortes e resistentes como ele.

A União do Território Wayamu nasce da contiguidade territorial existente entre as três Terras Indígenas, já mencionadas: Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, avizinhas por aldeias de parentes nossos que vivem no baixo curso do rio Jatapu, em território de ocupação tradicional ainda não

reconhecido oficialmente, pelo Estado. O governo brasileiro começou os estudos para demarcar nossas terras ainda em 1976. Naquela época, a FUNAI delimitou uma só terra para os povos indígenas que viviam no rio Nhamundá e no rio Mapuera, a TI Nhamundá-Mapuera, entre 1982 e 1984. Essa TI foi homologada em 1989. O governo deixou muitos de nós fora dela, sobretudo os povos indígenas isolados, como os Karapawyana, com os quais tivemos contato somente em 1980. Eles moravam nas cabeceiras dos rios Jatapuzinho e Kikwo (também chamado de Baracuxi). Foi quando a FUNAI interditou para demarcação a TI Trombetas-Mapuera, em 1987. O seu processo de demarcação só terminou em 2007, e a homologação em 2009. A reivindicação para a demarcação da TI Kaxuyana-Tunayana começou em 2003, o seu Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID) foi publicado pela FUNAI em 19 de outubro de 2015, e a sua Portaria Declaratória foi assinada pelo ministro da Justiça na data de 19 de agosto de 2018. Seguimos lutando pela conclusão da regularização dessa TI,

com sua demarcação física e homologação, assim como pela demarcação da terra onde se encontram as aldeias do baixo curso do rio Jatapu.

18 Há séculos, desde antes do estabelecimento das fronteiras nacionais, estamos espalhados também para os lados do que são hoje as regiões sul da Guiana e do Suriname. Temos muitos parentes em aldeias nesses dois países. Outros parentes nossos estão no rio Anauá, sudeste de Roraima, região abrangida pela TI WaiWái, e no extremo norte do Pará, nas TIs Parque do Tumucumaque e Rio Paru d'Este. Nunca deixamos de visitá-los, viajamos para esses lugares a pé, de canoa ou, quando possível, por avião; levamos nossas coisas para trocar, trazemos coisas de lá, casamo-nos com gente de lá, e eles se casam com gente daqui. No passado, não havia fronteiras entre nossos povos e aldeias. Íamos de um canto a outro sem preocupações com limites. Foi com a criação dos estados nacionais e com a demarcação das Terras Indígenas que as fronteiras apareceram. No Brasil, nossas terras estão em três

estados: Pará, Roraima e Amazonas. Divididos pelos governos dos brancos, em cada uma das três TIs do Território Wayamu somos assistidos na educação e na saúde por diferentes administrações municipais, estaduais, e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs), vinculados à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Para observar essas diferenças e outras, dentro do grande Território Wayamu distinguimos quatro **unidades territoriais**, que chamamos de acordo com os cursos dos principais rios nelas existentes:

- Alto Jatapu-Jatapuzinho,
- Mapuera,
- Nhamundá-Baixo Jatapu,
- Trombetas-Cachorro-Turuni.

A unidade territorial Alto Jatapu-Jatapuzinho é mais atendida pelo estado de Roraima. As unidades territoriais Mapuera e Trombetas-Cachorro-Turuni são mais atendidas pelo estado do Pará. A unidade Nhamundá-Baixo Jatapu pelo estado do Amazonas. Mesmo afetados por essas divisões administrativas, nós entendemos que cuidamos de um mesmo território, andamos nele, visitamos

nossos parentes em todas as aldeias. Nós nos casamos dentro desse território, fazemos festas e encontros dos quais todos os povos indígenas que vivem nele participam. E temos intensa relação com os parentes que vivem na também contígua TI Waimiri-Atroari (entre o sudeste de Roraima e o nordeste do Amazonas), e com os nossos já mencionados parentes que vivem nas TIs WaiWái e Parque do Tumucumaque!

20 A maioria dos povos que habitam o Território Wayamu fala alguma língua Karib. Aqui dentro há muitas línguas e dialetos dessa família, como hexkaryana, xerew, waiwai, katwena, tunayana, katxuyana, kahyana, txikiyana. Há entre nós os que falam a língua mawayana, de outra família, Arawak. Desde há muito tempo, os Mawayana se casam e se misturam com outros povos, por isso aprenderam línguas Karib também. Da mesma forma, no passado, os Caruma ou Txaruma falavam sua própria língua, provavelmente isolada, e hoje falam a língua de outros parentes Karib desta nossa região.

Assim vivíamos e continuamos vivendo espalhados nessa grande porção de terra,

de floresta e nos rios, usados e manejados por nossos parentes; região rica de todo tipo de plantas e de animais. Assim é o nosso Território Wayamu! Aqui queremos viver bem no presente e no futuro; queremos guardá-lo e protegê-lo para os nossos filhos e para os filhos dos nossos filhos. Por isso, elaboramos os nossos protocolos de consulta e consentimento prévio, abrangendo todos nós, povos indígenas do Território Wayamu. Há um protocolo geral, no qual estabelecemos as regras para a consulta de empreendimentos que possam afetar a totalidade do nosso território. Ele é complementado por outros quatro protocolos, específicos para cada unidade territorial: Alto Jatapu-Jatapuzinho, Mapuera, Nhamundá-Baixo Jatapu e Trombetas-Cachorro-Turuni. É assim que nos organizamos e é assim que queremos que o governo nos respeite e nos consulte, cumprindo o seu dever, de acordo com o que está estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.



22

Projetos que afetem o nosso território como um todo, como estes que elencamos a seguir, deverão ser consultados seguindo as regras deste nosso **Protocolo de consulta e consentimento prévio dos povos indígenas do Território Wayamu**:

- hidrelétricas (de todos os portes);
- linhas de transmissão;
- estradas, rodovias e ferrovias;
- exploração de petróleo e gás;

- bases militares;
- mineração e garimpo no entorno de nossas Terras Indígenas (empreendimentos que não podem ser implantados em Terras Indígenas, mas podem nos afetar mesmo quando são realizados fora delas);
- criação, desafetação e recategorização de Unidades de Conservação no entorno de nossas Terras Indígenas;
- agricultura, pecuária, exploração madeireira e concessões florestais no entorno de nossas Terras Indígenas e que afetem os rios, a flora, a fauna e a biodiversidade dentro do nosso território;
- mudanças nas políticas públicas nacionais de saúde e educação;
- projetos de lei.

Outros projetos, de impacto menor, bem como aqueles relativos à saúde e à educação (construção de postos de saúde e escolas, por exemplo), deverão ser consultados seguindo as regras dos protocolos de consulta e consentimento prévio relativos às unidades territoriais onde serão implantados.

23

Como nos organizamos

24



MARINA MINARI

Nós, povos indígenas que vivemos nas Terras Indígenas Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, nos organizamos por meio da **União do Território Wayamu**, que é formada por:

Representantes das aldeias: um cacique (titular; e vice cacique de suplente) e um representante **escolhido em reunião local** (titular e suplente), de cada uma das aldeias existentes em nosso território.

Temos hoje 52 aldeias, mas este número é dinâmico, está em constante crescimento. Valerá o número de aldeias existente na época de realização da consulta.

Representantes das associações: presidente (titular) e vice-presidente (suplente) de cada uma das nossas associações representativas.

Hoje somos representados por 6 organizações: Conselho Geral dos Povos Hexkaryana (CGPH); Associação de Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná (AMIRMO); Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana, Kahyana (AIKATUK); Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM); Associação dos Povos Indígenas

25

Trombetas-Mapuera (APITMA); Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW). Valerá o número de associações representativas reconhecidas por nós na época de realização da consulta.

Esse coletivo se reúne periodicamente para tratar questões cotidianas dos nossos territórios, como a execução do nosso Plano de Gestão Territorial e Ambiental.

26 No entanto, para participação nos processos de consulta dos empreendimentos que afetem o nosso território como um todo, já listados, a **União do Território Wayamu** torna-se maior, contemplando **representantes das calhas de rio**. São 20 representantes de cada uma das 6 calhas de rio (em alguns casos, conjunto de calhas) que integram nosso território, assim definidas:

- Mapuera;
- Nhamundá;
- Cachorro;
- Trombetas-Turuni;
- alto Jatapu-Jatapuzinho;
- baixo Jatapu.

Esses 120 representantes serão escolhidos a cada processo de consulta, em reuniões internas nas respectivas calhas de rio, ou nas unidades territoriais mais amplas nas quais as calhas estão abrangidas.

Além disso, alguns parentes vizinhos participam da nossa gestão territorial, e devem estar representados nos processos de consulta relativos ao protocolo da União do Território Wayamu: são mais 20 representantes da Terra Indígena WaiWáai e 20 representantes da Terra Indígena Waimiri-Atroari.

Sabemos que os parentes Waimiri e Atroari têm o seu próprio protocolo de consulta. Mesmo assim eles participam do nosso protocolo de consulta e consentimento prévio, sempre que houver a proposta de algum empreendimento que possa vir a afetar o nosso território. Isso vale também para os parentes da TI WaiWái.

As lideranças que fazem parte da União do Território Wayamu não decidem nada sozinhas; elas ajudam a mobilizar suas comunidades, convocam as assembleias gerais, discutem com as bases, e aí dialogam com o governo.

Temos algumas regras gerais que qualquer processo de consulta prévia em nosso território deve observar:

- Todos os encontros deverão ser traduzidos para as línguas hexkaryana, waiwai, katxuyana, tiryó e waimiri-atroari, e os tradutores devem ser indicados e escolhidos por nós;
- A consulta deve ser prévia, antes de qualquer autorização ou decisão governamental, quando o projeto ainda não estiver definido e decidido pelo governo;
- A consulta deve ser feita para todos os projetos que nos afetem diretamente, independentemente de estarem ou não localizados nas nossas Terras Indígenas, o que inclui aqueles que irão incidir no entorno do nosso território;
- A consulta precisa ser adequadamente informada, o governo/interessado não pode nos esconder nenhuma informação;
- A consulta é uma obrigação dos governos e não pode ser transferida a qualquer empresa;
- Todos os custos, inclusive os das reuniões internas, devem ser arcados pelo governo/órgão interessado no projeto;

28

- A FUNAI e o Ministério Público devem acompanhar todas as reuniões que faremos com o governo/órgão interessado;
- As reuniões de consulta nunca podem ser feitas fora das aldeias e do nosso território; jamais seremos consultados na cidade;
- Poderemos convidar parceiros nossos para nos ajudar a compreender o projeto, se considerarmos necessário.



29

Passo a passo da consulta à União do Território Wayamu

JOANISIO MESQUITA



30

Quando o governo/órgão interessado desejar implementar algum projeto que afete o nosso território como um todo, como os anteriormente listados, deverá encaminhar documento para a FUNAI-Brasília, com uma descrição mínima do projeto.

A FUNAI-Brasília, por sua vez, deverá encaminhar o documento para a FUNAI-Local, ou seja, para as Coordenações Regionais e para as Coordenações Técnicas

Locais da FUNAI, que atuam na região afetada pelo projeto. A FUNAI-Brasília também deverá encaminhar o documento para o Ministério Público Federal e aos Ministérios Públicos dos Estados que, assim como a FUNAI, devem acompanhar todo processo de consulta.

A FUNAI-Brasília e a FUNAI-Local, conjuntamente, deverão informar a **União do Território Wayamu**, através das nossas associações representativas, hoje Conselho Geral dos Povos Hexkaryana (CGPH), Associação de Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná (AMIRMO), Associação Indígena Kaxuyana Tunayana Kahyana (AIKATUK), Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), Associação dos Povos Indígenas Trombetas-Mapuera (APITMA) e Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW). Valerá o número de associações representativas reconhecidas por nós na época de realização da consulta.

A **União do Território Wayamu** se comunicará internamente e convocará uma **primeira assembleia geral**, informando ao governo o local (aldeia) e a data de sua realização.

31

ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA

O governo explicará o projeto nessa **primeira assembleia geral** com participação de toda a **União do Território Wayamu** e do máximo de pessoas de todas as aldeias do território, até que todas nossas dúvidas sejam esclarecidas. Poderemos convidar parceiros nossos para nos ajudar a compreender o projeto.

32 Sempre participam das assembleias gerais os representantes das aldeias, representantes das nossas associações, representantes das calhas de rio, representantes das TIs vizinhas WaiWái e Waimiri-Atroari, e o máximo de pessoas de todas as aldeias do território, além da FUNAI e do Ministério Público.

Nessa primeira assembleia geral, também pactuaremos o **plano de consulta** com o governo, definindo o local e o calendário dos próximos encontros (inclusive o período de realização das discussões internas, descrito a seguir).

ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS

Os representantes da **União do Território Wayamu** darão continuidade à discussão do projeto em todas as aldeias do nosso território. Eles não decidem nada sozinhos, nossa decisão se constrói a partir de cada uma das aldeias, coletivamente.

Nós temos muitas aldeias e o acesso a grande parte delas é bastante difícil, costumamos levar muitos dias nos deslocamentos. Também precisamos de tempo para discutir com calma, até que todos nós consigamos compreender o projeto e decidir. Por isso, esta etapa leva muitos meses para ser concluída e o governo deve respeitar nosso tempo de discussão interna nas aldeias, sem nos pressionar.



34

ÉTAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL

Os representantes da União do Território Wayamu convocarão uma **segunda assembleia geral, sem a presença do governo**, com o máximo de pessoas de todas as aldeias. Não tomamos decisões por votação, precisamos de tempo para discutir até chegar a um consenso.

Negociação

Os representantes do Território Wayamu convocarão uma **terceira assembleia geral**, com o máximo de pessoas de todas as aldeias, convidando o governo/órgão interessado, para comunicá-lo da decisão tomada por consenso na assembleia geral interna.

Decisão final

Em diálogo com o governo, tomaremos nossa decisão final, que será formalizada em ata.

Caso o governo mude bastante o projeto, precisaremos de novas reuniões internas para discutir e decidir, antes de negociar novamente e tomar a decisão final.



35

PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO ALTO RIO JATAPU E RIO JATAPUZINHO

36



REMAN REIS

<i>Quem somos nós</i>	40
<i>Porque estamos escrevendo este protocolo</i>	42
<i>Nossas regras para a consulta</i>	44
A CONSULTA DEVE SER PRÉVIA	45
A CONSULTA PRECISA TER BOAS INFORMAÇÕES	46
A CONSULTA DEVE SER LIVRE	47
O GOVERNO DEVE NOS CONSULTAR DE BOAFÉ	48
CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA	49
<i>Como nos organizamos</i>	50
<i>Quem participa do processo de consulta</i>	52
<i>Como tomamos nossas decisões</i>	54
<i>Caminho da consulta</i>	55
ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA	56
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS	57
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL	58
NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL	59

Alto rio Jatapu e rio Jatapuzinho



38



39

Quem somos nós

40



REMAN REIS

Nós somos os povos indígenas Waiwai (ou Wai Wai), Xerew, Katwena, Mawayana, Caruma, Karapawyana, Hexkaryana, Xowiyana, Tunayana, Cikiyana, Paríkwoto, Katxuyana e povos indígenas autônomos, ou isolados, como dizem os *karaiwa* (não-indígenas). Todos nós falamos a língua waiwai (só não sabemos como falam os isolados), a nossa primeira língua, que aprendemos a falar em casa e a ler e a escrever na Escola Indígena Wai-Wai. Atualmente, estamos organizados em oito aldeias, localizadas no alto e médio curso do rio Jatapu e no rio Jatapuzinho, Terra Indígena Trombetas-Mapuera. Conforme nossa população for crescendo, poderemos abrir novas aldeias. Viajamos até o Pará, o Amazonas e a Guiana, navegando pelos rios e andando pelas picadas e estradas, para fazer intercâmbio com os parentes Hexkaryana do rio Nhamundá, com os Waiwai do rio Mapuera e com os Waimiri e Atroari do rio Alalaú.

41

Porque estamos escrevendo este protocolo

42

O **Protocolo de consulta e consentimento prévio dos povos indígenas do alto rio Jatapu e Jatapuzinho** é o documento no qual registramos o modo como estamos organizados, expomos como tomamos nossas decisões nas comunidades e mostramos ao governo e à sociedade como somos diferentes de outros povos indígenas. Este protocolo aponta como o governo deve nos consultar, de acordo com a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a Constituição Federal de 1988 e com as nossas próprias leis.

O protocolo é nossa proteção, nossa flecha, nossa arma. Os *karaiwa* precisam nos respeitar, respeitar a nossa cultura, as nossas tradições, os nossos recursos naturais, as nossas danças, a nossa língua e o nosso

território. É aqui, na Terra Indígena, que conseguimos nossos próprios alimentos e plantas medicinais; caçamos, pescamos, fazemos roça, criamos nossas crianças e fazemos artesanatos e artefatos.

Nossos filhos e netos continuarão vivendo na nossa terra, que deve ser protegida, e o governo precisa nos dar apoio para que possamos fiscalizar as vicinais que foram abertas, pois os *karaiwa* estão invadindo o nosso território. Jamais esqueceremos nossa cultura, tudo o que sabemos ensinamos aos nossos filhos e netos. É dessa forma, aprendendo e ensinando nossa cultura e nossas tradições, que vivemos com autonomia.

Todos nós merecemos respeito e por isso o governo e os *karaiwa* devem nos consultar. O governo construiu a Usina Hidrelétrica do Jatapu sem nos consultar, o que até hoje nos afeta e afeta os peixes. Por causa da barragem, agora o rio fica ainda mais seco durante o verão e não conseguimos navegar. A barragem segura o rio sem nos avisar. O governo atrapalha nossa vida quando quer fazer projetos sem nos consultar. Ele deve respeitar a decisão dos nossos povos.

Nossas regras para a consulta

A consulta deve ser conduzida pelo governo, nunca por empresas, como manda a Convenção nº. 169 da OIT. O governo, que está lá na cidade, precisa respeitar as regras deste protocolo de consulta prévia e consentimento. Deve ver como nós utilizamos o nosso território e os nossos recursos naturais.

- 44 Não aceitaremos projetos que nos ameacem, que façam os nossos filhos e netos sofrerem.

Nós, indígenas, não somos mandados por ninguém. Ninguém pode decidir por nós, nenhum órgão, organização não governamental, nem mesmo a FUNAI. Somos autônomos e não dependemos de ninguém, nós temos capacidade de decidir. Nenhum *karaiwa* pode entrar na nossa terra sem permissão. Não pode haver consulta na vila ou na cidade, lá só conversaremos sobre assuntos particulares. A consulta deverá ser sempre nas nossas aldeias.

A CONSULTA DEVE SER PRÉVIA

O governo sempre deve nos consultar antes de adotar a medida, para não sofrerem impactos. Antes de decidir e com antecedência, para que tenhamos tempo para discutir. Não pode consultar perto de decidir, pois as lideranças precisam ir discutir nas comunidades, se não nós ficamos perdidos. O simples anúncio da BR-210, por exemplo, já nos afeta. Quando for consultar, o governo não pode ter pressa, tem que nos informar e seguir o nosso tempo. Também queremos acompanhar e participar da elaboração dos projetos.

A CONSULTA PRECISA TER BOAS INFORMAÇÕES

O projeto proposto é bom ou nos ameaça? Para entendermos, o governo deve vir aqui e conversar com a gente. Hoje em dia todos nós falamos a língua waiwai. Por isso, o governo e os *karaiwa* têm que explicar na nossa língua, com tradutores que nós escolheremos, e informar bem para nós.

Têm que explicar de maneira fácil para que todos entendam: crianças, jovens, adultos e velhos. Precisam repassar e esclarecer todas as informações: o que o projeto pode nos causar, quais benefícios ou impactos negativos poderemos sofrer. Não podem nos enganar ou esconder informações igual a sucuri faz. Vamos conversar até não termos mais dúvidas. O governo precisa ter bom diálogo com as lideranças e com o povo; precisa nos ouvir também, respeitar os nossos conhecimentos tradicionais (cultura, crenças e religião), pois nós somos os moradores daqui; este lugar é nosso.

46

A CONSULTA DEVE SER LIVRE

O governo não pode nos pressionar para decidirmos como ele quer, nem no tempo que ele quer. Não decidimos de uma hora para outra, precisamos de tempo para pensar e analisar, com tranquilidade, se o projeto é bom ou ruim. Os políticos não podem vir aqui fazer pressão, fazer promessas, oferecer dinheiro para tentar nos convencer ou nos dividir. O governo já fez isso muitas vezes e não está certo.



REIMAN REIS

○ GOVERNO DEVE NOS CONSULTAR DE BOA FÉ

Já fomos muito enganados por políticos e pelo governo. Não aceitaremos mais isso. O governo tem que cumprir sua palavra. Vários governos nos prometeram reforma e ampliação da nossa escola e do nosso posto de saúde, e nada foi cumprido. O governo federal demonstrou má fé ao fechar a Coordenação Técnica Local da FUNAI que funcionava na aldeia Soma, rio Jatapu, sem que tenhamos sido consultados.

- 48 Não aceitaremos que o governo venha aqui com uma proposta pronta, com decisão já tomada. Ele precisa vir nos ouvir e receber nossas propostas, com disposição de conversar. Os acordos que pactuarmos ao final da consulta devem ser respeitados.

CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA

O governo também precisa respeitar o nosso calendário. Em abril, temos o dia do índio (19) e a Semana Santa. Durante os meses de maio a julho, famílias inteiras atuam na coleta da castanha-do-Brasil. Todos os coletores se deslocam de suas aldeias para os castanhais e fazemos uma grande festa para comemorar o retorno deles, no dia 29 de julho. No mesmo mês, participamos de uma conferência da nossa religião.

Em agosto, realizamos nossa assembleia geral, e fazemos a derrubada das roças. A depender do clima, a abertura e o plantio de novas roças pode se estender até o mês de novembro. Por isso, caso queira realizar reuniões de consulta nesse período, o governo deve nos procurar com antecedência para combinarmos e não atrapalhar nossas atividades tradicionais.

No dia 10 de outubro comemoramos a homologação da nossa Terra Indígena. E ao longo do mês de dezembro preparamos uma grande comemoração de Natal.

Como nos organizamos



50

REMAN REIS

Cada aldeia tem seu *tuxaua*, que cuida da comunidade, planeja e organiza atividades em conjunto, recebe visitantes, acompanha funcionários públicos e trabalhos de fiscalização, orienta os jovens, combate o uso de drogas e o alcoolismo, organiza a limpeza e a manutenção da área coletiva. Os *tuxauas* têm fiscais na aldeia. O vice *tuxaua* substitui o primeiro *tuxaua*, cumprindo aquilo que foi acordado. Nossos professores indígenas e agentes de saúde indígena são lideranças e ajudam os *tuxauas*.

Também nos organizamos através da Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai (APIW), a quem cabe convidar os *tuxauas* e lideranças de cada uma das aldeias para nossa assembleia geral anual. Primeiramente, fazemos uma reunião apenas com as lideranças. Em seguida, fazemos uma reunião ampla, com toda a comunidade, incluindo mulheres, crianças, jovens e idosos. A APIW também faz denúncias e encaminha documentos aos órgãos públicos. Os *tuxauas* e a APIW ajudam na mobilização, mas não tomam decisões sozinhos, pois nossas decisões são tomadas coletivamente.

51

Quem participa do processo de consulta

Todas as aldeias participam do processo de consulta: tuxauas, vice tuxauas, APIW e lideranças. Professores, conselheiros de classe, estudantes e Associação de Pais e Mestres também participam da consulta e ajudam explicar a medida que está sendo consultada, para que todos possam entender. Os professores desenvolvem atividades que fortalecem a cultura e unem o povo.

- 52 Os conselheiros locais e distritais, coordenadores de polo base, coordenador regional, agentes indígenas de saúde, técnicos de enfermagem e técnicos de laboratório chamam nossa atenção para questões relativas à saúde e à alimentação, ajudam no cuidado e no tratamento de doenças. Os agentes indígenas de saneamento são responsáveis pelo fornecimento de água e o descarte do lixo durante as reuniões.

Os barqueiros nos transportam até a aldeia onde está sendo realizada a reunião de consulta e ficam à disposição para remoções em casos de emergências. As mulheres e

parteiras fazem o preparo dos alimentos e cuidam das crianças. Apesar de muitas terem dificuldade de falar a língua portuguesa, elas conhecem as roças, são fortes e seus conhecimentos podem contribuir muito para um processo de consulta.

A participação dos jovens nas reuniões de consulta tem importância pedagógica, pois eles têm muito a aprender nesses encontros. Os jovens também ajudam no trabalho comunitário. É importante que as lideranças dos jovens participem.

Os idosos, por sua vez, participam e orientam os mais novos. São conhecedores das nossas danças, pinturas e histórias, e podem ensiná-las aos jovens. Também são importantes para nos ajudar a compreender e traduzir as palavras difíceis.

Os pastores e diáconos fazem orações ao longo dos trabalhos e incentivam a participação e a união de toda a comunidade. Os animadores sempre participam e cantam para receber os convidados e durante os intervalos das reuniões.

Como tomamos nossas decisões



54

RENAN REIS

Nossas decisões são tomadas coletivamente, em assembleia geral, por maioria. Os tuxauas e APIW não decidem sozinhos. Caso políticos e empresas falem diretamente com os *tuxauas* na cidade, isso não poderá ser considerado consulta.

Caminho da consulta

Para dar início ao nosso processo de consulta, o governo deve encaminhar uma carta para a APIW e para a FUNAI, informando o projeto que pretende implementar, com informações mínimas. Nesse documento, o governo nos pedirá para entrar na nossa Terra Indígena, para pactuarmos o plano de consulta. É o próprio governo que tem que arcar com todos os custos financeiros da consulta (deslocamentos, logística, alimentação, dentre outros gastos), inclusive os custos das nossas reuniões internas.

55

ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA

Ao receber o documento, a APIW se comunicará com todas as aldeias, através dos caciques e demais lideranças, para marcar uma **primeira assembleia geral**, em que o governo nos apresentará todas as informações sobre o projeto que está sendo consultado. A conversa pode levar três/quatro dias ou até uma semana, para que todos nós consigamos entender bem, mulheres, jovens e idosos.

- 56 Nesse mesmo encontro, negociaremos e **pactuaremos o plano de consulta** com o governo. Esse plano deverá respeitar nosso calendário tradicional e ser observado tanto pelo governo quanto por nossas lideranças.

Convidaremos a FUNAI e outros parceiros para nos ajudar a entender o projeto do governo e a construir nossa sugestão de plano.



RENAN REIS

ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS

Após retornarem para suas aldeias, os *tuxauas* e demais lideranças deverão explicar bem o projeto para toda a comunidade, especialmente para aqueles que não participaram da primeira assembleia.



RENAN REIS

58 ÉTAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL

Após entendermos bem o projeto, faremos uma **segunda assembleia geral**, interna, **sem a presença do governo**. Os representantes de todas as aldeias devem se expressar e trazer informes, após terem se reunido anteriormente com suas respectivas comunidades. Nós não decidimos de uma vez, o governo não pode nos apressar ou pressionar.

NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL

A APIW convidará o governo para uma **terceira assembleia geral**, para **negociarmos e tomarmos nossa decisão final**, a partir do que foi conversado e decidido nas discussões internas. O governo precisa respeitar nossa decisão.

Toda a discussão será registrada em ata pela APIW.

Quando o governo for apoiar ou implementar um projeto que nós mesmos reivindicarmos (escola, posto de saúde, saneamento, abertura de poço etc.), o caminho da consulta deve ser mais simples: o governo virá até nossa assembleia geral ordinária ou extraordinária, apresentará o projeto, com todas as informações, então discutiremos e decidiremos nesta mesma assembleia.

PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO MAPUERA

60



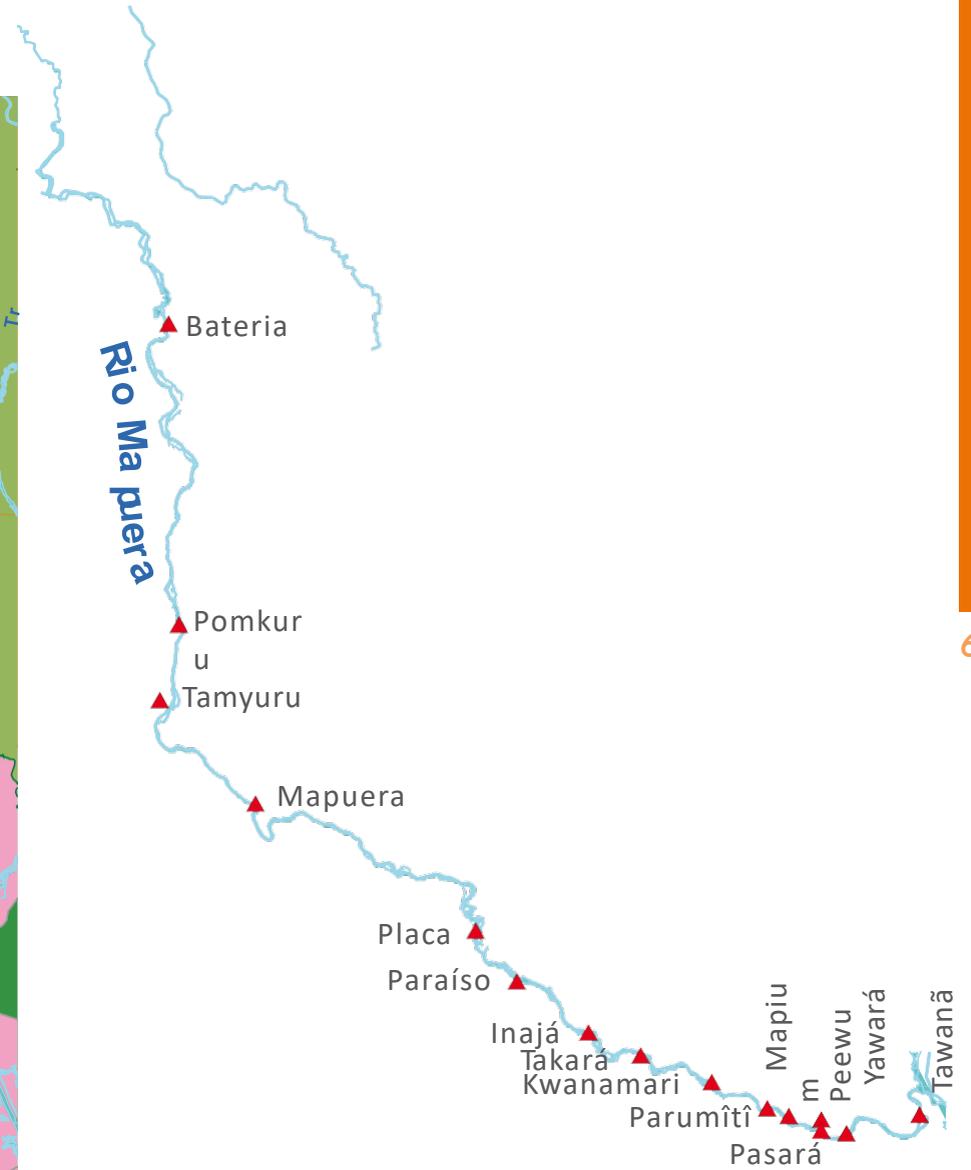
Diego Campos

<i>Quem somos nós</i>	64
<i>Porque estamos escrevendo este protocolo</i>	66
<i>Nossas regras para a consulta</i>	69
CONSULTA PRÉVIA	70
CONSULTA LIVRE	70
CONSULTA INFORMADA	71
CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA	73
<i>Como nos organizamos</i>	74
<i>Quem participa do processo de consulta</i>	75
<i>Como tomamos nossas decisões</i>	76
<i>Caminho da consulta</i>	77
ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA	78
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS	80
ETAPA DE REUNIÕES DE NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL	81

Rio Mapuera



62



63

Quem somos nós

RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ



64

Nós nos chamamos Waiwai, ou Wai Wai. As pessoas que não conhecem a nossa história podem achar que somos um único povo, mas dentro dos Waiwai somos diversos povos, com línguas diferentes: Waiwai, Xerew, Parukwoto, Mawayana, Katwena, Tunayana, Cikiyana, Mînpoyana, Caruma, Hixkariyana, Xowyana, Karapawyana, Wapixana, Manakayana, Yukwariyana e outros. E temos também em nosso território povos isolados, que chamamos de *enîhnî komo*.

No passado, vivíamos espalhados por rios e igarapés da região, nas bacias dos rios Mapuera e alto curso do Trombetas, até sermos agrupados por missionários. Com o incentivo deles e dos governos, passamos muitos anos concentrados em uma aldeia grande, Mapuera. Nas últimas décadas voltamos a nos espalhar e hoje nos distribuímos por 15 aldeias localizadas ao longo do rio Mapuera, que em nossa língua tem dois nomes: Yxamna e Kumuwo. E temos outras novas aldeias em processo de abertura. Vivemos juntos, compartilhamos a mesma terra e o mesmo rio. Falamos línguas diferentes entre nós, especialmente os mais velhos, mas todos nós entendemos e usamos a língua waiwai.

Vivemos nas Terras Indígenas Trombetas-Mapuera, Nhamundá-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, nas quais o rio Mapuera está geograficamente repartido. Também temos muitos parentes Waiwai nos estados de Roraima e do Amazonas, e nos países vizinhos Guiana e Suriname.

Porque estamos escrevendo este protocolo

66



RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ

Escrevemos este protocolo de consulta e consentimento prévio porque sabemos da cobiça dos *karaiwa* (não-indígenas), das empresas e do próprio governo sobre nossas terras. Essa cobiça tem pressionado nossas lideranças e membros das nossas comunidades, e não aceitaremos mais isso. O protocolo também serve para não repetirmos os erros do passado, quando lideranças foram desmoralizadas por causa de chantagens e pressões de pessoas de fora.

Sabemos que o governo deve consultar os povos indígenas antes de fazer um projeto, e queremos que ele nos ouça. O protocolo é uma ferramenta para proteger a nossa terra e fortalecer as nossas lideranças e as nossas comunidades; é uma lei escrita direcionada a todos aqueles que queiram fazer projetos que impactem o nosso território. Muitas vezes ouvimos de autoridades dos governos promessas e falas bonitas que nunca são cumpridas, queremos que isso mude com a consulta.

Estamos muito preocupados com os impactos que as políticas, os empreendimentos e as leis podem ter sobre as nossas vidas. Nossa forma de viver ajuda a preservar a nossa terra e por isso deve ser respeitada! Não queremos ver o nosso ambiente destruído ou degradado, porque somos nós que vivemos aqui.

Estamos pensando no futuro e por isso decidimos escrever nosso próprio protocolo de consulta e consentimento prévio, com as regras que o *karaiwa* precisa seguir antes de entrar nas Terras Indígenas, e para respeitar os nossos povos e o nosso jeito de viver.

68 O protocolo vai servir para defender o nosso território e a demarcação de nossas terras. A demarcação é fundamental para garantir dignidade para nós e para as nossas futuras gerações; e para proteger nosso ambiente: rios, florestas e animais. Isso é importante para toda a humanidade! Este protocolo também reforça a nossa autonomia para decidirmos e gerenciarmos, nós mesmos, o nosso território e tudo o que é nosso. Estamos preocupados com a entrada de empresas e de pessoas estranhas nas nossas terras sem a nossa autorização.

Nossas regras para a consulta

Antes os invasores chegavam em nosso território sem que nossos avós soubessem o que eles queriam fazer. E os nossos parentes foram desaparecendo. Hoje, a consulta prévia é obrigatória para tudo o que governo, as empresas e os *karaiwa* queiram fazer e que possa nos afetar, alterar o nosso ambiente e os nossos direitos. Queremos saber qual é a intenção do governo, da empresa e do *karaiwa*, o que querem trazer para nosso território, o que o projeto poderá causar de bom ou de ruim. Mesmo aqueles projetos que nós queremos, que podem trazer benefícios – como escolas e postos de saúde –, precisam ser consultados. Sabemos que a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho estabelece que a consulta é uma obrigação do governo, que jamais pode ser transferida a qualquer empresa.

CONSULTA PRÉVIA

O governo precisa nos consultar desde o início, com antecedência, antes mesmo da formulação do projeto.

CONSULTA LIVRE

Não pode haver suborno, perseguição, pressão e ameaças. Nossos povos têm suas próprias ideias e o governo tem que respeitá-las. O governo não pode usar palavras técnicas para nos manipular, ou fazer convite para lideranças irem se reunir sozinhas na cidade, com o governo ou com empresas.

70

CONSULTA INFORMADA

O governo precisa conversar conosco, para estarmos por dentro do projeto. Sabermos o que ele é, como pretendem executá-lo, quais impactos positivos e negativos poderá provocar. O governo precisa informar tudo aquilo que o projeto pode causar, sem esconder os problemas. Muitas vezes, o governo só coloca em cima da mesa os benefícios do projeto, e deixa embaixo da mesa os impactos negativos, que nos prejudicam. Isso não pode acontecer, pois a consulta precisa ser bem esclarecida e informar todos os aspectos positivos e negativos.

O governo deve respeitar os nossos conhecimentos tradicionais, pois nós observamos tudo na natureza. Conhecemos bem as variações do rio, os tempos de seca e de cheia.

CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA



72

DIEGO CAMPOS

O governo deve vir até nossas aldeias e respeitar a forma como sempre tomamos nossas decisões, conforme explicaremos neste protocolo de consulta. Todas as reuniões deverão ser traduzidas para a língua waiwai.

O governo precisa nos avisar com antecedência sobre a consulta, para não atrapalhar nossas atividades tradicionais. Em março e abril, tempo da piracema, estamos envolvidos com a pesca. Nos meses de maio e junho, quando os animais estão gordos, saímos para caçar. Entre o final de março e o final de abril festejamos a Páscoa. Em 19 de abril celebramos a semana dos povos indígenas. Em julho, durante as férias escolares, temos o conselho de lideranças das nossas igrejas; além disso, muitas famílias se dispersam pelo território e temos dificuldade para fazer reuniões. Entre agosto e outubro trabalhamos na roça. No início do mês de dezembro nossos caçadores vão para a floresta, e só retornam para as festas de Natal, no mesmo mês. Durante a época da seca temos dificuldade de viajar pelo rio e de nos encontrarmos para a consulta.

73

Como nos organizamos

74 Temos em cada uma das nossas aldeias o primeiro cacique (na aldeia Mapuera ele é chamado de cacique geral), o segundo e o terceiro cacique, pastores, diáconos, lideranças, fiscais, professores, mulheres e jovens. Temos também os representantes de nossas organizações: Associação dos Povos Indígenas do Mapuera (APIM), Associação dos Povos Indígenas Trombetas-Mapuera (APITMA), Associação de Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná (AMIRMO), Associação Wai Wai Esporte Clube (AWEC), Igreja Cristã Evangélica Wai Wai Indígena Mapuera (ICEWIM) e Conselho da Escola Indígena Wai-Wai. Caciques, lideranças e comunidade participam dos processos de consulta. Também fazemos parte da Federação dos Povos Indígenas do Pará (FEPIPA).

Quem participa do processo de consulta

Nossos caciques, lideranças e representantes das associações participam das reuniões de consulta. É importante que os professores indígenas trabalhem junto com as lideranças, para ajudar com esclarecimentos e outras coisas. As mulheres também têm um papel importante e por isso participam. Os jovens integram nossas reuniões para que aprendam como devem lutar. Nossos profissionais da saúde também devem participar das reuniões de consulta (técnicos, enfermeiros, agentes indígenas de saúde, agentes indígenas de saneamento). Temos, ainda, os guardas (seguranças) das aldeias, que participam conosco.

Como tomamos nossas decisões

RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ



76

Os caciques e as associações não decidem sozinhos. Nossas decisões são tomadas por essas lideranças e os demais representantes de todas as nossas aldeias, em conjunto, com a participação de toda a comunidade waiwai do rio Mapuera, em **assembleia geral**. Todos têm oportunidade de falar (lideranças e comunidade) e de discutir, até chegarmos a um consenso entre nós.

Caminho da consulta

Caso o projeto tenha sido solicitado por nós mesmos (por exemplo, regularização de pista de pouso, instalação de torre de telefonia e internet, construção de escolas e de postos de saúde, sistema de abastecimento de água), enviaremos um documento detalhado ao governo, através de nossas associações representativas (hoje APIM, APITMA e AMIRMO) explicando como queremos o projeto. Se o governo responder que vai atender o nosso pedido, nós o convidaremos a participar de uma de nossas assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias, e apresentaremos ali o projeto para negociarmos e chegarmos a um acordo.

Caso se trate de um projeto externo, o governo deverá iniciar o processo de consulta ao comunicar por escrito o cacique geral da aldeia Mapuera e a APIM, bem como o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Pará e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Brasília, além da Coordenação Regional de Manaus e a

77

Coordenação Técnica Local Oriximiná.
A comunicação inicial do governo precisa conter uma descrição básica do projeto.

ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA



MARINA MINARI

O cacique geral da aldeia Mapuera e a APIM levarão o documento para discutir com todas as nossas comunidades. Em seguida, convocaremos através de internet, radiofonia e até mesmo de bilhetes, representantes

de todas as aldeias para uma **primeira assembleia geral**. Os representantes do governo também serão convidados. O governo deverá fornecer o apoio financeiro para realizarmos essa assembleia geral.

Nela, o governo nos apresentará todas as informações sobre o projeto. Caso nós não consigamos entender bem as informações apresentadas pelo governo, precisaremos realizar outra assembleia para esclarecer melhor sobre o projeto. Convidaremos Ministério Público Estadual e Federal, FUNAI, acadêmicos indígenas e organizações parceiras para participar dessas reuniões e nos ajudar a compreender melhor o projeto discutido e suas possíveis consequências.

Também pactuaremos com o governo o **plano de consulta**, definindo o local, o calendário e a logística dos próximos encontros. Os custos de todas as reuniões deverão ser pagos pelo governo, inclusive as reuniões da etapa de discussão interna.



80

ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS

Na sequência, faremos uma **segunda assembleia geral** para discutirmos internamente a proposta, **sem a presença do governo**, até chegarmos a um consenso. Também convidaremos nossos parceiros. Tudo o que decidirmos internamente será comunicado ao governo posteriormente.

ETAPA DE REUNIÕES DE NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL

Enviaremos um convite para que o governo venha à aldeia negociar com a gente, em uma **terceira assembleia geral**, com a presença de representantes de todas as nossas aldeias, das nossas associações, do Ministério Público, da FUNAI e dos nossos parceiros.

Se o projeto for bom, nós aceitaremos e o governo precisará cumprir tudo o que prometer. Se o projeto for ruim para nós, não haverá acordo e responderemos que não aceitamos. O governo precisará respeitar a nossa decisão.

Se o governo modificar o projeto, nós poderemos fazer novas discussões internas antes de negociar novamente com o governo e de comunicar nossa decisão final, sempre tomada por consenso.

A APIM registrará todas as reuniões em ata.

81

PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DO RIO NHAMUNDÁ E DO BAIXO RIO JATAPU



82

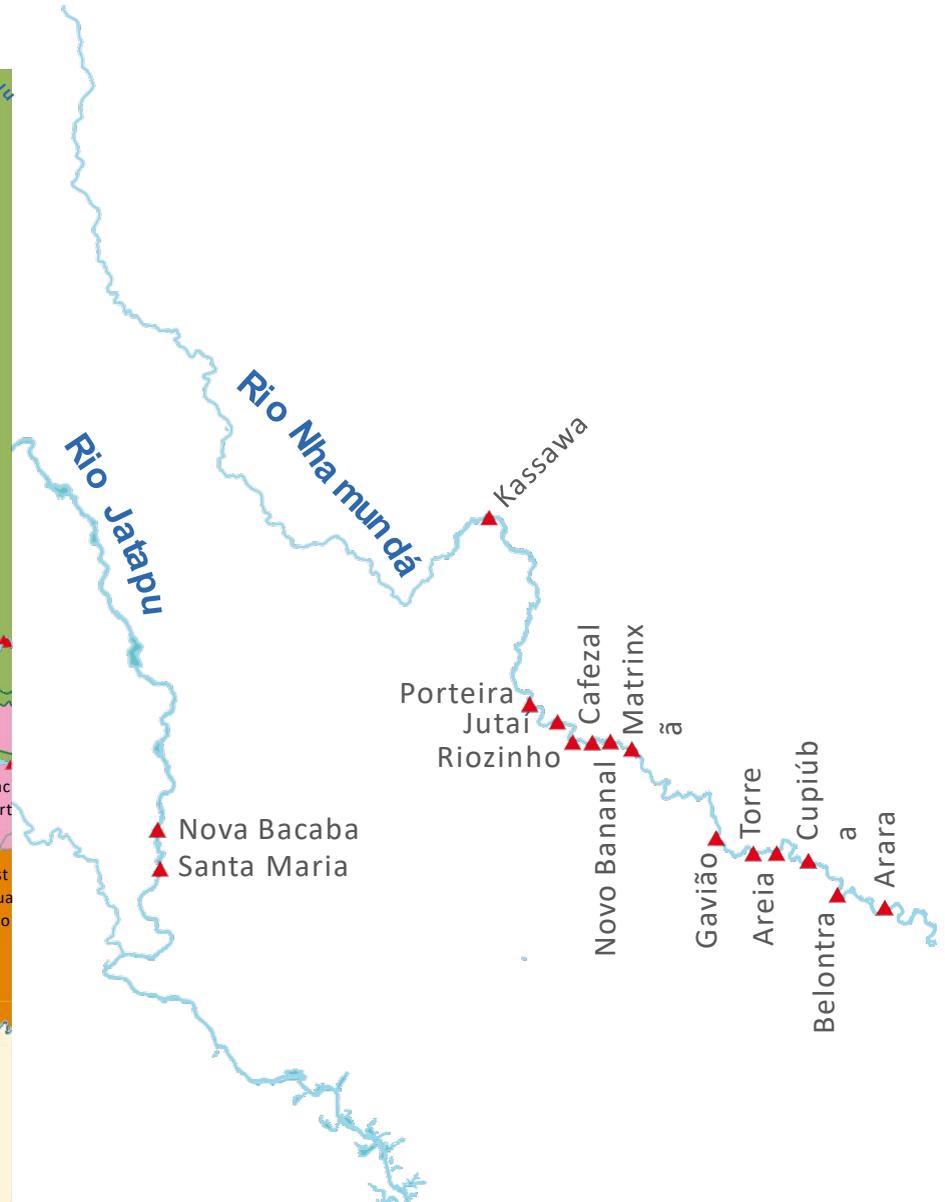
RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ

<i>Quem somos nós</i>	86
<i>Porque estamos escrevendo este protocolo</i>	89
<i>Nossas regras para a consulta</i>	91
CONSULTA PRÉVIA	92
CONSULTA LIVRE	92
CONSULTA INFORMADA	93
CONSULTA DE BOAFÉ	94
CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA	94
<i>Como nos organizamos</i>	95
<i>Como tomamos nossas decisões</i>	98
<i>Caminho da consulta</i>	100
ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA	101
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS	102
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL	102
NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL	103

Rio Nhamundá e baixo rio Jatapu



84



85

Quem somos nós

Somos muitos povos diferentes. Habitamos a região do alto rio Nhamundá – ou *Yemana*, como nós o conhecemos – e do baixo rio Jatapu. Durante muito tempo, nossos nomes foram modificados ou escondidos no contato com os *karaiwa* (não-indígenas), e todos nós fomos chamados de povo indígena Hexkaryana. Hoje, gostamos que nos chamem por todos os nossos nomes: Hixkaryana ou Hexkaryana, Karahawyana, Xerewyana, Kamarayana, Xowyana, Katwena, Waiwai, Katxuyana, Okoymoyana, Parukuotó, Karaxana, Afowahtxe, Yukwaryana, Weryekyana, Txikiyana, Xakáta, Kahyana, Kararayana, Karahawyana, Tunayana, Weryekyana, Arara, Txarumayana, Karaxana, Sateré-Mawé, Mura, Atroari. Também há em nosso território povos indígenas isolados.

86

Atualmente, nossas aldeias no rio *Yemana* são: Arara, Belontra, Cupiúba, Areia, Torre, Gavião, Matrinxã, Novo Bananal, Cafezal, Riozinho, Jutaí, Porteira e Kassawá. Essas aldeias estão dentro das terras indígenas Nhamundá-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana. No rio Jatapu, estão as aldeias Santa Maria e Nova Bacaba, que ainda aguardam reconhecimento e demarcação do território pela FUNAI. O número de aldeias em nossas terras tende a aumentar pelo fato de estarmos nos multiplicando. Desde 2014, trabalhamos no Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de nossas terras. Nele tratamos dos nossos Planos de Vida, porque para nós é fundamental que os governos e os *karaiwa* saibam que a nossa cultura é muito importante e que a floresta é a nossa vida, é o nosso mercado, por isso cuidamos do nosso território.

Nós pescamos, caçamos e plantamos para o nosso sustento. Plantamos as coisas que comemos e vendemos produtos para alimentar as pessoas nas cidades da região. Nossos rios e nossas florestas são nossas grandes riquezas. Fazemos cestarias,

cerâmicas e muitos artefatos que utilizamos no nosso dia-a-dia e em nossas festas.

Nas nossas comunidades temos as nossas lideranças, os caciques. Respeitamos os mais velhos e lutamos para garantir um bom futuro para nossos filhos, nossos netos e para os netos dos nossos filhos. Temos professores, agentes de saúde e agentes de saneamento indígenas. Também temos parteiras e universitários indígenas.

Porque estamos escrevendo este protocolo

Decidimos escrever nosso próprio protocolo de consulta e consentimento prévio para que os *karaiwa* sejam obrigados a respeitar os nossos direitos. O protocolo vai servir para defender o nosso território e a demarcação das nossas terras. Estamos preocupados com a entrada de empresas e de pessoas estranhas nas nossas terras sem a nossa autorização.

Os governos precisam respeitar o nosso território e as nossas lideranças. Devem nos consultar antes de entrar com projetos e devem respeitar as nossas decisões. Por isso, resolvemos documentar as nossas regras, para que os governos sempre realizem a consulta prévia de acordo com a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho. Representantes dos governos e de suas secretarias, como a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), a Secretaria Especial



de Saúde Indígena (SESAI) e outras, têm a obrigação de nos consultar sobre qualquer decisão que nos afete. Os Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo têm que reconhecer e respeitar este nosso protocolo de consulta e consentimento prévio.

Não queremos repetir os erros do passado, por isso sempre vamos reunir todas as lideranças. Nossas comunidades e lideranças estão unidas e sabem que as decisões que afetam o nosso território são importantes para todos e todas.

- 90 *Temos que ter nosso protocolo para que possamos apresentar aos governos e para que estes tenham que nos consultar. Vamos nos reunir, analisar se queremos ou não algum projeto que queiram fazer na nossa área, e depois daremos a nossa resposta.*

Jeremias Amotxo, Presidente do Conselho Geral do Povo Hexkaryana (CGPH).

Nossas regras para a consulta



É importante lembrar que, segundo a Convenção nº. 169, as consultas devem ser sempre conduzidas pelo governo, que não pode transferir a obrigação a terceiros. Também o governo deverá arcar com todos os custos do processo de consulta, inclusive os das nossas reuniões internas.

CONSULTA PRÉVIA

Governos e empresas não podem vir com projetos prontos. Nossas reuniões precisam ser preparadas com muitos dias de antecedência para termos comida para todos. As lideranças dividem as tarefas para a produção da comida para a reunião, mobilizando as mulheres que vão cozinhar, e os homens que vão caçar e pescar.

CONSULTA LIVRE

92 Não vamos aceitar que os governos, empresas ou qualquer pessoa façam pressão ou ameaças às nossas lideranças. Por isso, a consulta nunca pode ser com apenas uma liderança; todas as lideranças devem participar. As pessoas de governos e empresas não podem vir para a consulta acompanhadas de seguranças, policiais e nem podem vir armadas. O Ministério Público Federal deve atuar para impedir que sejam feitas ameaças às nossas lideranças ou aos servidores da FUNAI.

CONSULTA INFORMADA

A informação tem que chegar a todas as aldeias para todos poderem conhecer e discutir o assunto. O governo deve fazer muitas conversas com as nossas lideranças para respeitar os indígenas. O respeito com o nosso povo é prioridade. Quando o governo traz as informações sobre as propostas ou projetos, deve ficar muito claro quais são as vantagens e desvantagens, como isso ajuda ou não nossas comunidades. Não queremos que confundam nosso entendimento sobre qualquer assunto. Quando não sabemos, temos que ter nossos assessores para esclarecer. Temos o direito de ter uma assessoria para o processo de consulta, podemos convidar nossos parceiros sempre que acharmos necessário.

CONSULTA DE BOA FÉ

Os governos não podem mentir. Queremos clareza e transparência.

CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA

Nossas reuniões de consulta são sempre realizadas nas aldeias, em festas nas nossas *mayas* (casas de reunião). Para nós, lazer não está separado de cultura. O governo precisa respeitar o nosso calendário. Nas datas comemorativas (Páscoa, dia do índio, Natal e durante campeonatos de futebol ou outras atividades esportivas), preferimos não fazer reuniões de consulta. Todas as reuniões devem ser traduzidas para a língua hexkaryana, por tradutores de nossa confiança, e com a ajuda dos nossos parceiros.

94

Como nos organizamos

Cada aldeia tem a sua liderança, o cacique. Os caciques são autoridades dentro das aldeias, são os responsáveis por lutar pelas necessidades de cada uma delas, e devem ser respeitados sempre. Mas eles não são o único coletivo de liderança, também temos os agentes indígenas de saúde, os professores, os pastores, os jogadores de futebol, os mais velhos e três caciques gerais (responsáveis apenas por questões relacionadas à nossa maior aldeia, Kassawa). Portanto, as decisões que afetam o nosso território e os nossos rios, inclusive sobre a entrada de pessoas estranhas, precisam ser tomadas por TODAS as lideranças de todas as aldeias. Nenhuma liderança decide sozinha.

Nossas lideranças conversam com todos os membros das nossas comunidades: com as mulheres, com os jovens e com as pessoas mais velhas. Para tomar uma decisão, elas precisam de informações para levar para as comunidades. Todos os anos os caciques de todas as aldeias se reúnem na Assembleia

95

Geral dos Povos Hexkaryana, da qual também participam os caciques gerais, que são um dos coletivos de lideranças da aldeia maior. Todas as lideranças são autoridades, não apenas os caciques gerais, e precisam ser procuradas sempre e estar informadas das coisas que acontecem no nosso território. Cada liderança de cada aldeia precisa proteger nosso território das ameaças vindas de fora (entrada de empresas, pesca esportiva, estrangeiros etc.).

96



Nossa associação indígena se chama Conselho Geral dos Povos Hexkaryana (CGPH). Ela nunca pode decidir nada sozinha, mas é muito importante, pois tem como funções:

- organizar a assembleia geral com todas as lideranças de todas as aldeias;
- ajudar a organizar reuniões e enviar convites para todas as aldeias;
- ajudar no diálogo dos nossos povos com as pessoas de fora (parceiros, governo, empresas etc.);
- fazer as traduções nas nossas línguas e explicar os assuntos para as lideranças;
- ajudar os caciques a encontrar soluções para os problemas que aparecem;
- elaborar prestações de contas das atividades realizadas.

A Coordenação Técnica Local da FUNAI (CTL) em Nhamundá e a nossa associação CGPH devem também estar sempre informadas das coisas que acontecem ou que podem acontecer nas Terras Indígenas.

97

Como tomamos nossas decisões

Quando qualquer liderança recebe um documento do governo ou uma demanda de alguém de fora para entrar no nosso território, todos os caciques devem ser comunicados e chamados para conversar. Se algum assunto chegar até o cacique geral, ele não decidirá nada sozinho e sempre deverá chamar os demais caciques e o CGPH. Parentes que estão na cidade não nos representam, não falam pela gente. Em relação a temas de consulta, o CGPH e a FUNAI também não respondem por nós.

Para tomar uma decisão, todos os caciques precisam ter tempo e informações suficientes para conversar, cada um na sua aldeia, antes da reunião de todas as lideranças. Usamos a radiofonia para passar algumas informações para as lideranças, mas precisamos nos encontrar e nos reunir pessoalmente para tomar decisões.

Nossas decisões são sempre tomadas em assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias, da qual participam todas as lideranças de todas as aldeias. Nós não decidimos absolutamente nada por voto, todos devem concordar sobre o assunto. Precisa haver um consenso; as decisões devem atingir o consenso (unanimidade) entre homens e mulheres.

As lideranças que estão na porta de entrada da nossa terra têm muita responsabilidade. Por isso, nós precisamos nos reunir para tomar as decisões em conjunto e nos fortalecer para impedir a entrada dessas empresas. Em 2008, vieram arroteiros que queriam se instalar próximos da nossa região. Mas as lideranças se reuniram e acionaram a FUNAI, a Polícia Federal, o Ibama, e conseguimos afastar esses arroteiros.

Manuel Kaywana, aldeia Porteira

Caminho da consulta



Diego Campos

Para dar início ao nosso processo de consulta, o governo deverá enviar um documento para a CGPH e para a CTL FUNAI contendo as informações sobre o projeto que quer realizar. Se a Funai Brasília receber alguma demanda de consulta, ela deve encaminhar para a CTL e para o CGPH.

ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA

O CGPH convocará **uma primeira assembleia geral**, na qual o governo precisará explicar bem o projeto, durante vários dias, para nós podermos entender o seu interesse.

Também discutiremos e acordaremos com o governo o **plano de consulta**, com os detalhes práticos da conversa (aldeia sede, datas e logística). A FUNAI e o MPF devem participar de todo o processo de consulta, acompanhando inclusive o cumprimento do acordo (se houver) após a consulta. Os governos devem arcar com as despesas, garantindo recursos para todas assembleias e reuniões do processo de consulta.

ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS NAS ALDEIAS

Após a etapa informativa, os tuxauas e lideranças voltarão para suas comunidades e farão reuniões para compartilhar as informações sobre o projeto com os moradores. Então, fecharemos o posicionamento de cada aldeia.

ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS EM ASSEMBLEIA GERAL

Depois de discutirmos nas aldeias, faremos uma **segunda assembleia geral sem a presença do governo**, para conversarmos e decidirmos internamente o que pensamos sobre o projeto que está sendo proposto. Se houver necessidade de mais esclarecimentos pelo governo, voltaremos à etapa informativa.

NEGOCIAÇÃO E DECISÃO FINAL

O CGPH convidará o governo para participar de uma **terceira assembleia geral**. Se aceitarmos o projeto da forma como está proposto ou recusá-lo, a consulta termina. Também poderemos exigir modificações do projeto para aceitá-lo. Nossa decisão é sempre tomada por consenso e os governos devem respeitar nosso posicionamento e nossa decisão sempre. O CGPH formalizará todas as reuniões em ata.

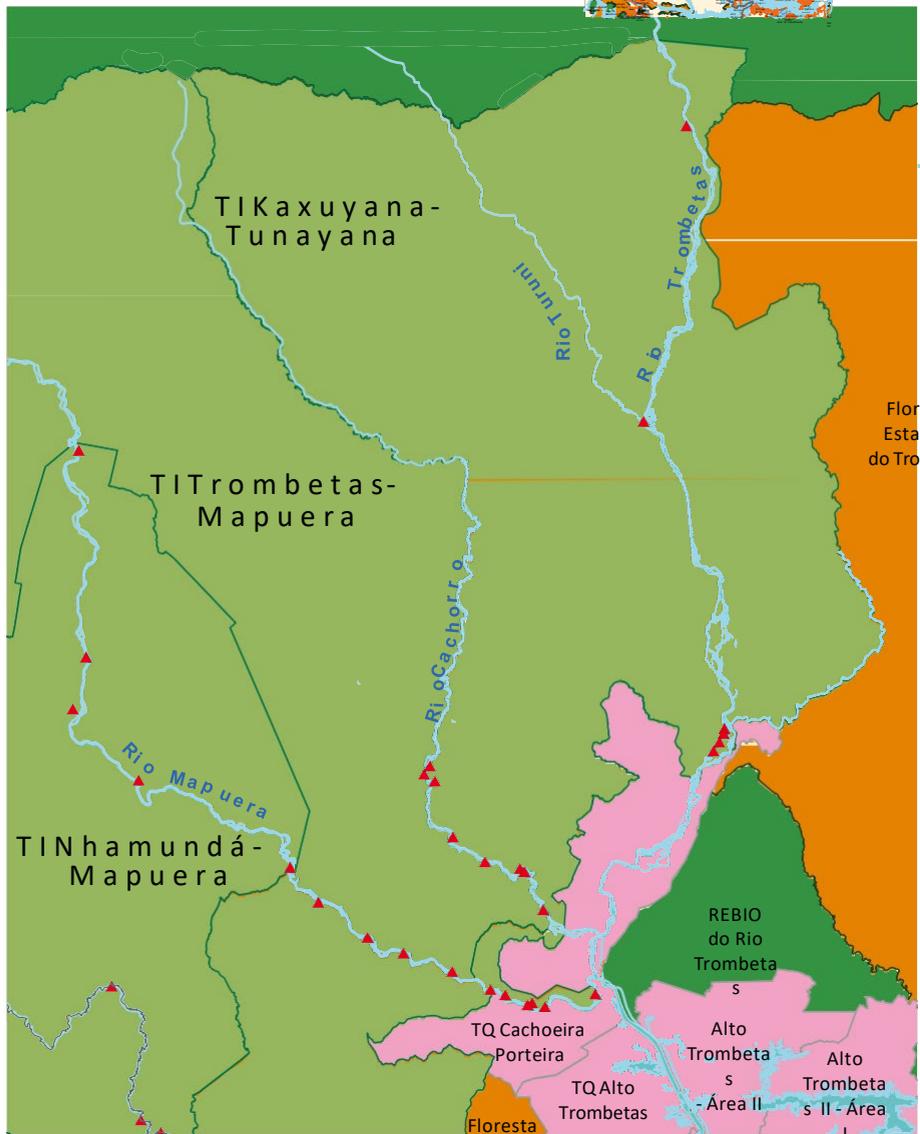
Diferentemente, se a consulta prévia se referir a um projeto simples, que nós mesmos reivindicamos (posto de saúde, escolas, dentre outros), o processo será mais simples. Convidaremos o governo para uma assembleia geral nossa, na qual o projeto será explicado e discutido. Decidiremos nessa mesma assembleia.

PROTOCOLO DE CONSULTA E CONSENTIMENTO PRÉVIO DOS POVOS INDÍGENAS DOS RIOS TROMBETAS, CACHORRO E TURUNI

<i>Quem somos nós</i>	108
<i>Porque estamos escrevendo este protocolo</i>	110
<i>Nossas regras para consulta</i>	112
CONSULTA PRÉVIA	112
CONSULTA LIVRE	113
CONSULTA INFORMADA	114
CONSULTA DE BOAFÉ	115
CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA	115
<i>Como nos organizamos</i>	117
<i>Como tomamos nossas decisões</i>	118
<i>Caminho da consulta</i>	119
ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS	122
ETAPA DE NEGOCIAÇÃO	123
DECISÃO	123



Rios Trombetas, Cachorro e Turuni



106



107

Quem somos nós



Parte de nós descende dos Werikyana, que no passado se espalharam entre quatro calhas de rios, que chamamos Katxuru (Cachorro), Yatxkuri (Jacuri), Kahu (Trombetas) e Katxpakuru (Caxipacoro). Ficamos conhecidos pelos nomes desses rios: Katxuyana, Yatxkuryana e Kahyana. Entre os descendentes dos Werikyana também somos Inkaryana, Ewarhoyana e Txikiyana. Temos como matriz a língua werikyana.

Outra parte de nós somos os povos Tunayana, Katwena, Mînpoyana e Xerew. Nossas aldeias antigas se espalhavam pelas margens dos rios que chamamos em nossa língua de Taraw (Turuni), Kacorî (Cachorro) e Kaapu (Trombetas), e nos igarapés em seus interflúvios. Hoje temos aldeias nos rios Trombetas e Turuni, e no alto curso do rio Cachorro. Nós falamos as línguas tunayana/katwena e waiwai, muito parecidas entre si.

Todos nós vivemos na Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana. Nós nos casamos com os Waiwai, Xowyana, Hexkaryana, Mawayana, Txarumã, Aramayana, Tiriyo, Apalai, Akuriyo, Okomoyana, Sakëta e Pirowyana. Em razão dos casamentos falamos várias outras línguas em nossas aldeias: tiriyo, hexkaryana, waiwai, wayana e apalai. Também temos parentes isolados em nosso território, provavelmente os Txurwahyana, Mînpoyana e Inkaryana/Ingarine.

Porque estamos escrevendo este protocolo

Este protocolo de consulta e consentimento prévio é um guia importante para nos proteger de várias ameaças externas. Ele é um amparo legal para os nossos direitos; é uma defesa que estamos construindo, uma forma de proteger e cuidar do nosso território. É a nossa arma e o nosso escudo para lutarmos por nossos direitos.

110 Os governos e as empresas precisam conhecer e respeitar os nossos direitos; devem nos considerar sempre quando quiserem fazer algum projeto que possa afetar as nossas vidas e o nosso território. Não podem passar por cima de nós. Através das regras deste protocolo é que o governo irá nos consultar, entender como dialogamos e tomamos nossas decisões.

Os governos federal, estadual e municipal devem respeitar este protocolo de consulta, assim como o Poder Legislativo (Congresso Nacional, Assembleia

Legislativa e Câmara Municipal).

Tanto os projetos pequenos quanto os grandes precisam ser previamente consultados, de acordo com a Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho. As consultas a projetos menores, como aqueles relacionados à educação e à saúde, deverão ser feitas com base neste protocolo, dos povos indígenas dos rios Trombetas, Cachorro e Turuni. Já os projetos maiores, que afetam as três terras indígenas do Território Wayamu (Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana), como é o caso da BR-210 (Perimetral Norte), da BR-163 (Santarém-Cuiabá) e da Usina Hidrelétrica Cachoeira Porteira, deverão ser consultados conjuntamente com os povos indígenas de todas as calhas de rios dos nossos territórios (rios Trombetas, Cachorro, Turuni, Mapuera, Nhamundá, Jatapu e Jatapuzinho), observando o Protocolo de consulta e consentimento prévio dos povos indígenas do Território Wayamu.

Nossas regras para consulta

CONSULTA PRÉVIA

A consulta é uma forma de fazer pergunta antes de começar qualquer projeto que nos afete. O governo precisa começar a consulta antes de tudo, quando o projeto ainda estiver no pensamento ou no papel. O governo não pode trazer tudo pronto, a proposta não pode estar fechada: ele precisa construir as suas políticas junto com as nossas comunidades.

- 112 Não pode vir apenas nos apresentar o projeto, sem querer saber o que pensamos e se vamos aceitar ou recusar a medida. Só aceitaremos aqueles projetos que forem bons para nós.



LUISA G. GRAEDI

CONSULTA LIVRE

O governo não pode vir impor ou fazer pressão, ou querer fazer a consulta às pressas. Não pode trazer armas, polícia ou seguranças armados. Não pode nos ameaçar ou colocar medo, para que aceitemos o projeto. A consulta deve ser uma conversa boa, espontânea e amigável.

CONSULTA INFORMADA

O governo precisa contar tudo o que vai acontecer se o projeto for implantado, deve nos contar todos os resultados e impactos negativos do projeto. Queremos todo esclarecimento. Queremos que o governo explique em linguagem fácil, não pode usar palavras difíceis em língua portuguesa, que nós indígenas não conseguimos entender. Deve explicar da melhor forma possível e não nos enrolar.

Se as reuniões não forem suficientes, diremos ao governo que no momento ainda não decidimos sobre a proposta e que queremos discutir mais. Não pode vir conversar rápido e ir embora, queremos conversar até entender.

CONSULTA DE BOA FÉ

De acordo com nossa tradição, nós somos educados para respeitar todos os *karaiwa* (não-indígenas), mesmo aqueles que não conhecemos. Por isso, nós queremos dialogar com pessoas que nos respeitem, que cumpram o que nos prometem, que digam a verdade.

Quando o governo não cumpre o que diz, ou mente para nós, ele age de má fé, o que é muito grave, dói muito na gente. Nossas lideranças estão preparadas para não cair nas armadilhas e nas conversas dos *karaiwa*.

CONSULTA CULTURALMENTE ADEQUADA

A consulta deve ser de acordo com a nossa cultura, com as nossas concepções. O governo precisa pensar a partir da nossa vivência. Significa que ele não pode trazer a vida da cidade para a aldeia e a consulta não pode ser feita na cidade.

O calendário da consulta deve ser adaptado à nossa realidade. O governo não pode vir consultar quando nós estivermos nas

aldeias realizando nossas atividades e festas tradicionais. Precisa perguntar sobre nossa disponibilidade antes de vir. Para não nos atrapalhar, as reuniões deverão ser realizadas nos meses de fevereiro, março, julho e outubro, quando temos mais tempo para participar delas. Em maio e junho o rio Cachorro e o rio Trombetas ficam bravos, é difícil e perigoso descer em comboio para participar das reuniões.

As reuniões de consulta deverão ser traduzidas para as línguas katxuyana, tunayana e tiriyo, por tradutores que nós indicarmos.



RUBEN CAIXETA DE QUEIROZ

Como nos organizamos

Segundo nossa organização, cada aldeia tem seu cacique, vice-cacique, lideranças e fiscais. Nenhum cacique pode decidir ou conversar sozinho com o governo. Todas as aldeias das calhas dos três rios devem participar da consulta prévia, através de toda a comunidade: homens, mulheres e jovens. Os professores, Agentes Indígenas de Saúde (AIS), Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN), barqueiros, pastores, diáconos e cantores das igrejas também ajudam.

As nossas Associações representativas, como hoje a AIKATUK (Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana) são, junto com a Funai, os “porteiros” da consulta, por onde ela se inicia e para quem o governo pede licença para entrar em nossa terra, mas não decidem pelo nosso povo.

Como tomamos nossas decisões

Tomamos nossas decisões a partir do entendimento que sai de nossas aldeias, em conversas entre as lideranças e toda a comunidade. Então nos reunimos em **assembleia geral**, com a participação de todos os que foram mencionados acima (caciques, vice-caciques, lideranças, fiscais, professores, AIS, AISAN, barqueiros, pastores, diáconos, cantores e o máximo de pessoas de todas as aldeias: homens, mulheres e jovens), e conversamos até chegar a um consenso sobre a proposta. Se não houver consenso, pediremos mais **informações** para o governo, para nos ajudar a decidir. Em seguida, nos reuniremos novamente e discutiremos até chegarmos a um consenso.

Caminho da consulta

Quando nós pedirmos um projeto ao governo (projetos sem grandes impactos ambientais, como uma escola ou posto de saúde), o caminho da consulta será mais simples. O governo deverá vir à nossa **assembleia geral** ordinária ou extraordinária, para apresentar informações e detalhes sobre o projeto. Vamos discutir, negociar com o governo e decidir na mesma assembleia.

Quando o governo quiser adotar uma medida que nos afete, ele deverá se comunicar por escrito com a nossa associação representativa e com a FUNAI, fornecendo informações básicas sobre a medida.

Hoje somos representados por uma organização, a AIKATUK, mas valerá o número de associações representativas reconhecidas por nós na época de realização da consulta.

ETAPA INFORMATIVA E PACTUAÇÃO DO PLANO DE CONSULTA

O governo deverá nos fornecer apoio financeiro para realizarmos uma **primeira assembleia geral** em uma de nossas aldeias, com os caciques e os demais representantes de todas as comunidades, a ser convocada através de radiofonia pela AIKATUK.

O governo deverá nos apresentar o projeto e seus possíveis impactos, na presença da FUNAI e do Ministério Público Federal e do Estadual. Poderemos convidar nossos parceiros para nos ajudar a compreender o projeto.

Queremos que todas as informações sejam passadas de forma simples, clara e sem pressa. As falas do governo deverão ser sempre seguidas de tradução para as línguas katxuyana, tunayana e tiriyo. Precisaremos de tantos encontros informativos (sempre em assembleia geral) quantos forem necessários para que o projeto seja bem esclarecido e bem entendido.

Nessa mesma assembleia pactuaremos com o governo o **Plano de Consulta**, que definirá os detalhes práticos do diálogo (calendário das reuniões, aldeias sede, logística, orçamento etc.).





ETAPA DE DISCUSSÕES INTERNAS

- 122 Retornaremos às aldeias para conversar com as comunidades sobre o projeto e, em seguida, faremos uma **segunda assembleia geral, sem a presença do governo**, mas com seu suporte financeiro, para conversarmos internamente a medida consultada. Nós precisamos de tempo para discutir e decidir e, se for preciso demorar, o governo tem que esperar, dar tempo para respondermos. Se precisarmos de mais informações para decidir, voltaremos à etapa informativa.

ETAPA DE NEGOCIAÇÃO

Após chegarmos a um consenso sobre a medida, a AIKATUK convidará o governo para uma **terceira assembleia geral**. Poderemos aceitar, recusar, pedir modificações ou mais informações sobre o projeto. Se o governo mudar muito o projeto, precisaremos de mais discussões internas, para só então voltar à etapa de negociação.

DECISÃO

Nessa mesma assembleia, comunicaremos nossa decisão final ao governo. A AIKATUK irá formalizar todas as discussões com o governo em ata.

LEGISLAÇÃO ANEXA

Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre Povos Indígenas e Tribais em Estados Independentes, de 07/06/1989

Artigo 6°

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Artigo 7°

1. Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Constituição Federal de 1988

Artigo 231

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a

LEGISLAÇÃO ANEXA

exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º.

Artigo 232

Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.



DENISE FAJARDO

Elaboração do documento | participantes

Os Protocolos de Consulta e Consentimento Prévio dos Povos Indígenas do Território Wayamu - Terras Indígenas Nhamundá-Mapuera, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, resultam de um processo coletivo, protagonizado por homens e mulheres de diversas idades, inclusive as lideranças das nossas 52 aldeias e 6 associações representativas reconhecidas por nós na época de realização das oficinas e assembléias. Entre os participantes dessas atividades, registramos os seguintes nomes:

Encontrão das lideranças do Território Wayamu

Adailton N. da Silva
Alberto de Souza França
Aldo Antonio Wai Wai
Aldemir da Costa Wai-Wai
Alex Isaac Wai Wai da Silva
Almeida Oliveira Wai Wai
Amayka Wai Wai
Ana Lucia Kaxuyana Chagas
Angela Amanakwa Kaxuyana
Antonio Tooni Wai Wai
Antonio Viana Kanahbi
Apowaiko Apalai Waiana
Aristeco Fernando Wai Wai
Arlindo Manasa Wai Wai
Aventino Nakai K. Tiriyó
Beeni Wai Wai
Cândido Kaxuyana
Cecilia Awaeko Apalai
Celestino M. Kaxuyana Tiriyó
Clarisse Kscacsi
Darlene Wai-Wai
Denilson de Souza
Edinalva Wai Wai
Edivaldo da Silva Souza
Edmilson Rodrigues Wai Wai
Ednelson Wakia Wai Wai
Eelson Ante Wai Wai Eliane
Woxixakí Wai Wai Eliseu Eri
Wai Wai
Eliseu Rodrigues da S. Wai Wai
Elisio Kahpo Wai Wai
Erasto Aryefoma
Ezequiel Wai Wai
Felipe Souza da Silva
Fernandinho O. de S. Wai Wai
Fran Pran Wai Wai
Francisco Augusto da Silva
Francisco Wai Wai
Frederico Yakrawabí Kahyana
Genivaldo Wai Wai
Geovane T. Kaxuyana
Geraldo José da S. Wai Wai
Geraldo Pereira dos Santos
Inacio Pereira Gutierrez
Iranilda Wai Wai
Isaac Eduardo da Silva
Ivaldo Karihna Wai Wai
Ivane Wai Wai
Ivanildo Manasa Wai Wai
Jaime Pereira da Costa
Jarciane Wai Wai
Jeane Silva de Oliveira
Jeremias Costa de Souza
João Batista de Oliveira
João Kaiuri Wai Wai
João P. Kaxuyana
Joaquim Antonio de Souza
Jorge Wai Wai
José Eduardo Kaxuyana
Josivan S. Kaxuyana Tiriyó
Junilson W. Kaxuyana
Levi Reepi Wai Wai
Luiz Carlos de O. Souza
Mansiyano Wai Wai
Marakauepó Apalai
Maria de Lourdes Wakma
Mariasinha Printes
Mario Antonio de Souza
Mario Wetxo Kaxuyana
Marlucia Gomes da Silva
Merenixi Wai Wai
Nilza Maxurni Wai Wai
Paulo Kanerasa Wai Wai
Pautiyew Wai Wai
Porohxa Wai Wai
Radson Tiotio Wai Wai
Raimunto Intoriwa
Rakiwi Wai Wai
Raul Xeerim de Wai Wai
Reginaldo O. de Souza
Renato Kaxuyana
Rita Wai Wai
Rivelino Pereira dos Santos
Roberto Carlos de Souza
Roberto Rodrigues Waytia
Roberto Wai Wai
Ronaldo Wai Wai
Ronildo O. de S. Wai Wai
Ronildo Wai Wai
Rosalia Taana Wai Wai
Rosene Tupepiwa Kaxuyana
Rosinaldo Oliveira Wai Wai
Rosinaldo Tariyasa Wai Wai
Samuew Samyu Wai Wai
Samya Wai Wai
Simão Kahyana
Sonia Menxi Wai Wai
Tanti Waiana Apalai
Tarcizio Yakima Wai Wai
Téo Wai Wai
Timoteo Wai Wai
Tito Mari Tiriyó
Valnei Wai Wai
Waapu Wai Wai
Xokokono Wai Wai
Xote Wai Wai
Yeremaia Muhpi Tunayana
Zezinho Printes

Alto rio Jatapu e rio Jatapuzinho

Abraão Pereira Lima
Adaias Costa Wai Wai
Adamar de Souza
Adriana da Silva Wai Wai
Adriano Santos da Silva
Ahdevan Maciel da Silva
Alaiane Oliveira Wai Wai
Alaide Wai Wai
Alan Pehxu da Silva
Alcilene Awisireni Wai Wai
Aldevan Maciel da Silva
Aldinezio Waiwai Santos
Alescio Wilson de Souza
Alex da Silva Wai Wai
Alzemir Waiwai de Souza
Amauri Martins S. Santos
Amélia José R. do Santos
Amiez Wai Wai
Ana Lucia da Silva
Ana Lúcia Moraes da Silva
Anderson Pereira de Souza
André Oliveira
Anesia Wai Wai
Anete Alves dos Santos
Anézia dos Santos Wai Wai
Angela A. Kaxuyana
Antonio Aako Wai Wai
Aparasa Wai Wai
Artur Tuwadja Atroari
Atemasa Wai Wai
Augusta Kamyá
Beatriz da Costa
Beatriz Yamka Araxka
Bernaldo O. de S. Waiwai
Bruce Erona Mewsho
Bruno Rodrigues Waiwai
Carlos Afonso Wai Wai
Carlos M. Soares S.
Cecilia Almeida de Souza
Celina Luzia dos S. Silva
Ceza Ceysan Wai Wai
Chone Mafuru
Cidney Alves da C. Waiwai
Cintia Wai Wai
Ciranir Wai Wai
Clunya O. de Souza
Creusa Coyi Wai Wai
Creuzza de Souza
Dami Costa de Souza
Danyllon dos S. Wai Wai
Darcilene Rodrigues Santos
Davi Costa de Souza
Delzane Rodrigues Santos
Denilson Rodrigues Santos
Donilson Rodrigues Santos
Ducarmo Pereira Wai wai
Edilson da Silva Souza
Edimilson da Silva Costa
Edino Costa Souza
Edivaldo da Silva Gutierrez

Edivaldo da Silva Souza
Elaine da Costa
Elias de Souza França
Eliciane Costa Wai wai
Elielson Almeida de Souza
Elielson Anti Wai Wai
Eliete Wai-Wai
Elielton Almeida de Souza
Eranilda Rodrigues Santos
Erineis Soares Santos
Eroma Denilson de Souza
Eronisa Enuri Wai Wai
Esaél da Silva Wai Wai
Eslane Oliveira de Souza
Ester da Silva Costa
Estevão da Costa Wai Wai
Euclene Gomes da S. Wai Wai
Fabiana da Silva Wai Wai
Fabiano da Silva Wai Wai
Felipe Rodrigues Wai-Wai
Fernandinho O. de S. Wai Wai
Fernando Pemantu Wai Wai
Francisco Augusto da Silva
Francisco Manuel da Silva
Geissiane da Silva Wai Wai
Geovane Souza dos Santos
Geraldo José da Silva Wai Wai
Gercino Santos de Souza
Gexeino Santos de Souza
Geysno Souza da Silva
Geysiane da Silva
Gisele Souza Oliveira
Ilda de Souza Silva
Inacio Pereira Gutierrez
Irene Enuri Wai Wai
Isana Costa Wai Wai
Ismot Xokokpo Wai Wai
Ivaldo Manoel da Silva
Ivanildo de Souza Wai Wai
Izweide Souza da Silva
Izowete Joi Aaka Wai Wai
Jacó Aaka Wai Wai
Jaconias de Souza
Jaime Pereira da Costa
Jair Roberto Wai Wai
Jairo Cairu Wai Wai
Janaina da Costa
Jandel Gutierrez da Silva
Jefferson Oliveira Wai Wai
Jenki Wai Wai
Jeremias Costa de Souza
Jhone Mafuru
João Batista de Oliveira
João Rodrigues
Joey Souza da Silva
Joel Claudio Wai Wai
Jonieldo Wai Wai
Jonilson Raposo Batista
José Claudio Wai Wai
José Mamicwa Wai Wai
José Pereira França

Josue Jose Wai Wai Oliveira
Josué Santos de Souza
Juliana Katwena Wai Wai
Juventino P. Kaxuyana
Kailane G. da Silva
Kailane Pereira Gutierrez
Katia Alvez da Silva
Keite Afonso Wai Wai
Kelly Yamka Araxka
Keyla Souza dos Santos
Kusiyani Wai Wai
Lais da Silva Santos
Leandra Wilson
Lediane da Costa Wai Wai
Lenilda Gutierrez da Silva
Lenita da Silva Costa
Lenita da Silva Gutierrez
Letícia da Silva Wai Wai
Levina Alvez da Costa
Liciane Wai Wai
Lidia da Costa Wai Wai
Lidiane da Costa Wai Wai
Lineu Rinew Wai Wai
Lucas Ruku Wai Wai
Lucia Oliveira de Souza
Lucilene Wai Wai
Luiz Alves Wai-Wai
Luiz Carlos de O. Souza
Maks Pereira Wai Wai
Manoel Pereira Gutierrez
Marciel Wai Wai
M. de Lourdes da S. Wai Wai
Maria Marutu Wai Wai
Mário José da Silva
Marlúcia Gomes da Silva
Mateus da Silva Costa
Mauricio Waroca
Mewcelene Gomes da Silva
Michely Maciel da Silva
Naide Oliveira de Souza
Natan Almeida de Souza
Neide da Silva Wai Wai
Neuza Panésiya Wai Wai
Nilda Wai Wai
Nilson Curumawana Wai Wai
Nivaldo Gomes da Silva
Nivea Wai Wai de Souza
Norateia Wai Wai
Osma Xokokpo Wai Wai
Otacilio José O. Waiwai
Ozeas Santos de Souza
Paulo da Costa Wai Wai
Paulo Rodrigues Way Way
Pedro José Wai Wai
Priscila Souza dos Santos
Pronêssio Rodrigues
Rafael Santos Souza
Rairdnei O. de Souza
Raudney O. de Souza
Reberca Teoke
Reginaldo O. de S. Wai Wai

Reinaldo Cerem Wai Wai
Renata Oliveira de Souza
Requi da Costa R. Wai Wai
Ricardo Paulino Maciel
Rineci Wai-Wai
Roberto Tortasi Wai Wai
Rogerio Oliveira Santos
Ronildo O. de Souza Wai Wai
Ronildo de Souza Junior
Ros Malta Eemu Wai Wai
Rosa Pereira Gutierrez
Rosane Gutierrez da Silva
Rosarina Gomes da Silva
Rose A. Mafore Wai Wai
Rosene Rodrigues Santos
Rosiane Almeida de Souza
Rosiel A. Wai Wai
Rosilda da Silva Rodrigues
Rosilene Almeida de Souza
Rosinaldo Eemu Wai-Wai
Rosivaldo J. da Silva
Rucas Wai Wai
Rusiyane Wai Wai
Ruthe da Costa Rodrigues
Salete Rodrigues de Souza
Sanapty Geroncio
Sandro Rodrigues de Souza
Selma da Souza
Shiwrene da Silva Costa
Silvano Almeida de Souza
Solange de S. dos Santos
Sueli Oliveira da Silva
Sulvania de S. Gutierrez
Sulomito Rupiyo Way Way
Tadeu Yamka
Tamaka Waiwai
Tarcizio Yakima Wai Wai
Tarcizeo Waiwai
Taxna de Souza França
Tayene de Souza França
Taynara de Souza França
Telma Rukuxi Waiwai
Tereza de Souza Timoteo
de Souza Ukemi de
Souza Valdemar de
Souza Valdinei da Silva
Vanessa da Silva
Vanilda Wai Wai da Costa
Wailere Silva Brito
Wame Viana Atroari
Wanelda Wai Wai da Costa
Warakaxi José Maria
Wevisoon de Souza
Wilson de Souza Gutierrez
Wilson Santos Wai Wai
Zaine Santos de Souza

Rio Mapuera

Abelina Wai Wai
Ademar Amotxo
Ademir Wai Wai
Adriel P.Wai Wai
Airson Roberto de Souza
Alberto dos Santos
Alcicleide Mahritiit
Aldair Caxwa Wai Wai
Aldeci Awakakna Wai Wai
Alenilda Meeuw
Alex Kahiyana
Alex Perisiman
Alexandre Yaxan
Aline Souza Wai Wai
Alisson K Tiriyó
Aloyana Lemos
Ana Hilda Wai Wai
André Wai Wai
Angelica Anxerika Wai Wai
Antonio P.Kaxuyana
Antonio Viana Kanahtxi
Arido Marakuxe
Arlison Wai Wai
Aristeco Fernado Wai Wai
Armando Amaña Wai Wai
Asenayci Wai Wai
Auxiliadora Kaxuyana
Aventino Nakai K. Tiriyó
Ayaci Wai Wai
Bernardino Wapixana
Bruninho Wai Wai
Bruno Wai wai
Calixto Kaxuyana
Camila Yanupa Wai Wai
Carlos Kanerasa Wai Wai
Carlos Tamka
Carlos Wai Wai
Cassiane M. Wai-Wai
Cewciripi Wai Wai
Chanlene Wai Wai
Cleber Wai Wai
Cristiane Wai Wai
Dali Wai Wai
Daniel Toowu Wai Wai
Dantes Wai Wai
Darcilei Kopa
Darlene Tahreyne Wai Wai
Daupani Wai Wai
Davi Gomes Santos
Davi Kaywana
Davi Knapi Wai Wai
Davi Stipen Wai Wai
Davi Tejfu
Denilson Kaxuyana Tiriyó
Deuni Kaywerye
Dexawma Marwa Wai Wai
Dinaelnia Tawik
Donato A. Tiriyó
Edilsa Wai Wai

Edilson Cuiru Wai Wai
Edricia Kaxuyana
Edson Tiotio Wai Wai
Eduardo Enéka Wai Wai
Eduardo Francisco de Souza
Elaide Capuri Wai-Wai
Eliana Tunaura
Eliane Woxixaki Wai Wai
Elias Wai Wai
Elisangela Make
Eliseu Rodrigues Wai Wai
Elson Tamaxi Wai Wai
Elson Wai Wai
Elza Patwuri Wai Wai
Erasto Aryefoma
Erasto Wai Wai
Eriel Eriyew Wai Wai
Erinalda Irisimaw Wai Wai
Ernesto Aryeromo
Ernesto K. Wai Wai
Eronisa Enuri Wai Wai
Eryssio Aryeroma
Eunici Wariyawa
Eunicio Wai Wai
Evandro O. de Souza Wai Wai
Evandro Yeran
Eyka Wai Wai
Fanuigo Yuhka Wai Wai
Felipe Piripay Wai Wai
Fernandinho Oliveira de Souza Wai Wai
Fernando Awaryafan
Fernando Mikino
Fernando Wai Wai
Francidalva Pransi Wai Wai
Francisca Eruma
Francisco Augusto da Silva
Francisco Wai Wai
Francisco Wanowa
Francisco Witalha Waiwai
Francisco Yuhka Waiwai
Frederico Yakrawabi Kahyana
Gabriel Cokma Wai Wai
Geraldo Susmi Wai Wai
Gercina Wai Wai
German Tunayana
Gerson Kaxuyana
Gerson Roberto de Souza
Gisson De Souza
Graça Krasa Wai Wai
Guilherme Luiz Waapuwa
Heraldo Yamoti Wai Wai
Honorato Kaxuyana
Inacio Pereira Gutierrez
Iranilda Wai Wai
Iranildo Manasa Wai Wai
Irazilda Wai Wai
Irene Enuri Wai Wai
Isane Wapuniwa

Isanelson Wapari Wai Wai
Isikita Wai Wai
Ismael Printes Ekewe
Ivaldo Irlsa Wai Wai
Ivanildo Manasa Wai Wai
Ivete Ipeti Wai Wai
Ivone Iperi Wai Wai
Jacilene P.Kaxuyana T.
Jairney Renato Wai Wai
Jainara Kaxuyana
Jalete Wai Wai
Janete Oxoneci Wai Wai
Jaqueline Wai Wai
Jean Geovane Inati T. K.
Jeremias Amotxo
Joanilson Kaxuyana
Joanita Waiwai
João Batista de Oliveira
João Caan Wai Wai
João Can Wai Wai
João Kaiuri Wai Wai
Joef Eraldo da S. O. WaiWai
Jonas A. de Souza
Jonas Rosinaldo de Souza
Jorge Wai Wai
Jorope Waiwai
Jose Augusto
José Henrique Kawonoxa
Josué Menesis
Jovenal Tiriyós
Juventino Pesirima
Kaxuyana
Kaciya Wai Wai
Kakwi Toowa Wai Wai
Kantamari Tiriyó
Kawkma Tunayana
Kmiu Wai Wai
Koropasi Kawkma Tunayana
Kurusí Kurumi Tunayana
Kwaxaxa Wai Wai
Lallos Tamka Wai Wai
Lauridis Talpoxi
Lelicio Kawaña Wai Wai
Lenita Omasomaso
Leonardo Riiko
Leticia Kawana Katwena
Levi Reepi Wai Wai
Lourdinha Ryemehka
Lucas Grisolia
Lucas H. Wai Wai
Luiz Carlos de Oliveira Souza
Luiz Carlos Ferreira
Luriyani Wai Wai
Madalena Saarawi
Madde Tunayana
Manoel Edwaldo da Silva
Manoel Kaywana
Manoel Weepu Wai Wai
Mapawaya Tunayana

Marceli Wai Wai
Marcia Betânia Wai Wai
Marcia Kaxuyana
Marciano A. Souza
Maria Ataxi Wai Wai
Maria Betânia da Silva Wai Wai
Maria Cowana Wai Wai
Maria Mari Wai Wai
Maria Paipai Wai Wai
Marilda Puuku Wai Wai
Marleide Kaxuyana
Marluce Kaxuyana
Marlucia Gomes da Silva
Marta Shoni Wai Wai
Matias Mayawakna
Matilde Wai Wai
Mauro Makaho Tiriyó
Maxsuel Wai Wai
Miiru Arara
Mikaw Tunayana
Nayta Wai Wai
Neide Imaya Wara Kaxuyana
Nelciane de Souza Wai Wai
Nelson Antônio Wai Wai
Nhêpi Tunayana
Nilson Newsime Wai Wai
Nilton Makaxi
Nivaldo Xakara Wai Wai
Orandino Tunayana
Orlando Wai Wai
Otávio Pellejo de S. Hexkayana
Paulo Kanerasa Wai Wai
Paulo Manoel dos Santos
Paulo Wai Wai
Pedro Rosinaldo Tio Tio
Porohxa Wai Wai
Preknci Wai Wai
Raimundo Ihtori Wai Wai

Rakiwi Wai Wai
Renan Cikreme Kxyn
Renato Kaxuyana
Renato Nyornyor
Renato Pereira Wai Wai
Renissio Renato Wai Wai
Rina Tunayana
Riri Tunayana
Ririhpi Wai Wai
Roberto Carlos de Souza
Roberto Wanaperu
Rodevaldo Wai Wai
Rogério Porohxa Wai Wai
Rojo Kwarumna Wai Wai
Ronaldo Nooman Wai Wai
Ronaldo Wakya Wai Wai
Roque Wai Wai
Roquenaldo Oliveira WaiWai
Rosa Epuku Kaxuyana
Rosalde Tariyasa
Rosangela Ahejahpo Wetieso
Rosario Kirinai Wai Wai
Rosario Neeke Wai Wai
Roseani Oliyolipo
Rosinaldo Keremi Wai Wai
Rosinaldo Tariyasa Wai Wai
Rosineide K. Tiriyó
Rosinete Roaci Wai Wai
Rosiriwo Salomon Wai Wai
Rutanan W. Waiana
Rutaney W.
Rute Ruuti Wai Wai
Samila Wai Wai
Samuel Wai Wai
Samuw Wai Wai
Samyu Wai Wai
Savira Maulena K.

Savira Mawino Kaxuyana
Selma Tunawara
Seniros Wai Wai
Sergio S. Wai Wai
Serisera Tunayana
Seteina Wai Wai
Shayakuma Tunayana
Sintfike Tunayana
Simão Kahyana
Sonia Iwanía Wai Wai
Sopia Maria
Tasman Tunayana
Tatiane Merwa Wai Wai
Tehte José Wai Wai
Timoteo Taytasi Wai Wai
Tito Ciitu Wai Wai
Tuscima Maxue Wai Wai
Uña Tunayana
Vanilda Wai Wai da Costa
Wagner Tiotio Wai Wai
Wahyaku Tunayana
Walter Pawci Wai Wai
Waraku Wai Wai
Wellington Wai Wai
Wilson Batista da S. WaiWai
Wiwson Wai Wai
Womeno Tunayana
Xokokono Txikyana
Xuuru Wai Wai
Yamkelvin Wai Wai
Yeramaja Muhpi Tunayana
Yulia Juria Tunayana
Zacarias Sakaraya Wai Wai
Zezinho Printes
Zileide Kaxuyana

Rio Nhamundá e baixo rio Jatapu

Abertino Eryexe Txaku	Elizeu Wărăfã	Leane Makyana Xakanwa
Ademar Amotxo	Enéas Hekwaye	Leni Wefaxe
Adilson Mayawakna	Eraldo Enram	Leonardo Kanahsakmas
Alberto Mahxawa	Erica Amkorotxe	Hekwate
Alexandre P.Hekwaye	Estela Enyewa	Leônidas Mahkukurye
Aline Foxekna	Evandro Yeran	Levi Feyã
Ana Bahsematxe	Fabiane Temonyetkekye	Lidia Ahyahpo
Anabel Matia	Felipe Horyharma	Lidiane Motxoro
André Felipe Yafoma	Fernando Antxefotu	Lucas Amokorã
André Kawanoxa	Francisco Wanawa	Luciana Woromso
André Warafuru	Gabriel Kărăhma	Luiz Warafan
Arlete Ryekneya	Genivaldo Fowe	Luiza Feroye
Arlete Sebeya	Gerson Mahxawa	M. Madalena Temoxe
Bebeto Tio Tio Wai Wai	Gisele Ompurye	Manoelzinho Amgorunu
Benedito Kafeyana	Glauciane Txakwa	Manoelzinho Kaywana
Benjamin Farantxekna	Hilquias Orofowru	Marciana Husurye
Bentinho Wayta	Iarbas Txohtxo	Marciel Yohxa
Bere Arara	Israel Antxefotu	Marcos Makaxe
Berenice Tafurye	Israel Eryexe	M. Isabel Tamuhrumu
Bernadino Printes Potxu	Israel Mahkukurye	Maria Lúcia
Carlos Abraão Tãmka	Ivalberto Hekwaye	Maria Lucia Husurye
Carlos Eharawa	Izabel Enuma	Maria Luiza Temoxe
Carlos Ekayfãna	Izaque Awkonyo	Marleide Txewewe
César Waryanka	Izequias Kawaxe	Marlene Taweke
Cláilson Wanawa	Jacó Apãrà	Marta Feroye
Clarice Ahyahpo	Jacy Makyana	Mauro Kaywana
Cledson Warakatu	Jarbas Txohtxo	Mauro Tafina
Creuza Watokme	Jarcy Makyana	Meire Hussurye
Cristiana Ahyahpo	Jeniffer Aguiar	Mirtes Raquel Temoxe
Dainia Afohnã	Jeremias Amotxo	Nadia Yohã
Daniele Feroye	João Carlos Haname	Narciso Kownama
Danilo Txarumã	João Pedro Wetoro Wayo	Natalia Ahwe
Davi Teyfen	Joaquim Yoknyewa	Natan Awkonyo
Denize Yahtu	Joelma Efoknyeya	Neemias Ekonã
Deuni Kaywerye	Joice Ahwe	Nelson Xakwa
Dico Arywowo	Jonas Karu	Nerley Make
Dina Mahsatu	Jonas Rosinaldo de Souza	Nivaldo Yasahta
Donizeti Tukme	José Henrique Kawonoxa	Oberto Ahyafõ
Edilson Xakanwa	José Henrique Kawonoxa	Orivaldo Kaywana
Edinilson Meiram	Kãtãfãna	Oséas Kaywana
Edmundo Waryeyawa	José Tuhkoro	Paulo Yohxa
Elaine Txakwa	Justino Txefotu	Pedro Arywoka
Elieverton S. Aguiar	Kaila Wehko	Penina Nuhfe

Rios Trombetas, Cachorro e Turuni

Adagildo Kaxuyana	Edivaldo Kaxuyana	Moski J. Kaxuyana Tiriyo
Ademar Tiriyo	Eduardo W. Kaxuyana	Neide. Wara Kaxuyana
Ademar Tiriyo Kaxuyana	Eliza Kaxuyana	Nidia Kaxuyana
Adriano Kaxuyana	Floriano Wai Wai	Omarzinho Tunayana
Adriano Kesu Kaxuyana	Helena Etama	Onesio Katwana
Ailton Kaxuyana	Hilton Katxuyana	Paloma Tawaya
Alex Kahyana	Honorato Kaxuyana	Raidi Tunayana
Alisson K. Tiriyo	Honorio Kaxuyana	Renan Kaxuyana
Ana Lúcia Kaxuyana Chagas	Jainara Kaxuyana	Renato Kaxuyana
Angel Tiriyo	Janeteto Kaxuyana	Rina Tunayana
Antonio Viana Kanahtxi	Joãozinho Printes Waritxuru	Robson Cuyumay Wai Wai
Arialdo Kaka Kawa	Joaquim Kaxuyana	Ronaldo Kaxuyana
Arlison Kaxuyana	Jonatas Xonatasã Wai Wai	Ronilson Tunayana
Auxiliadora Kaxuyana	Jose Cassiano	Rosa Tiriyo
Awahuku Honorio Kaxuyana	José Eduardo W. Kaxuyana	Rosilene Kaxuyana
Benedito Kaxuyana	Julieckson Kaxuyana Tiriyo	Rosineide S. Kaxuyana Tiriyo
Calixto Asusuke Kaxuyana	Juventino P.Kaxuyana	Rosineide Sekuripun Tiriyo
Cândido Kaxuyana Cararu	Kantamari Tiriyo	Rute Wai Wai
Miicu Tunayana Care	Katrina Liiri Tunayana	Sabrina Kaxuyana
Tiriyo	Kaywe Tunayana	Salomão Rukui Kaxuyana
Cassio Kaxuyana	Koropasi K. Tunayana	Savira Maweno Katxuyana
Charles Pansí Tiriyo	Kurusi Kurumi Tunayana	Sebastião Kaxuyana
Davi Stipen Wai Wai	Lazaro Miicu Tunayana	Shayakuma Tunayana
Davi Wawaka	Lecir Kaxuyana	Lecir Kaxuyana
David Tiriyo	Livia Kaxuyana	Simão Kahyana
Denilson Kaxuyana Tiriyo	Lucas Huck Waiwai	Simão Kaxuyana
Destri Liiri Tunayana	Maciel Wai-Wai	Simijan Tunayana
Deyvid Kaxuyana	Mapawaya Tunayana	Suzete Kaxuyana
Donato A. Tiriyo	Maria Kaxuyana	Zenildo Xiteyaw Wai Wai
Eclenilda Kaxuyana	Mauro M. Tiriyo Kaxuyana	Zezinho Printes
Edilson Kaxuyana	Mirian Tiriyo	



© AIKATUK, AMIRMO, APIM, APITMA, APIW, CGPH
 © Iepé, RCA
 Santarém-PA, 2020

TRADUÇÕES DURANTE AS OFICINAS E NO DOCUMENTO

Ana Lucia Kaxuyana Chagas
 Angela Amanakwa Kaxuyana
 Antônio Viana Kanahtxi (Kahyana)
 Bernardino Potxu Kaxuyana
 Calixto Asusuke Tiriyo Kaxuyana
 Edson Tiotio Wai Wai
 Elizeu Warafa (Hexkaryana)
 Fernandinho Oliveira de Souza Wai-Wai (Eñeya Katwena)
 Gilberto Mahxawa Hexkaryana
 Guilherme Txehkeku (Hexkaryana)
 Inácio Pereira Gutierrez (Waxa Watakawa Wai Wai)
 Israel Antxfotu (Hexkaryana)
 Jeremias Amotxo (Hexkaryana)
 João B. de Oliveira (Icohto Wai Wai)
 João Kaiuiri Wai Wai
 Jonas Rosinaldo de S. (Hexkaryana)
 Juventino Perisima Kaxuyana
 Lucas Kumorohto Kaxuyana
 Luiz Carlos de O. Souza (Wirika Wai Wai)
 Mauro Mukaho Tiriyo Kaxuyana
 Neide Ymaya Wara Kaxuyana
 Renato Paulo de Souza (Tarara Wai Wai)
 Renato P.Wai-Wai (Kanera Wai Wai)
 Roberto Rodrigues Waytia (Wai Wai)
 Samuel dos Santos de Souza (Wai Wai)

ASSESSORIA JURÍDICA

Érika Yamada
 Rodrigo Magalhães de Oliveira

ASSESSORIA ANTROPOLÓGICA

Denise Fajardo
 Leonor Valentino
 Luís Donisete Benzi Grupioni
 Luísa Gonçalves Girardi
 Ruben Caixeta de Queiroz

ASSESSORIA INDIGENISTA

Cecília de Santarém de Oliveira
 Diogo Campos dos Santos
 Fabrício Ferreira Amorim
 Iori van Velthem Linke
 Marcelo Gusmão
 Renan Reis

MAPAS

Iepé

PROJETO GRÁFICO

Renata Alves de Souza | Tipográfico
 Comunicação

REALIZAÇÃO

AIKATUK – Associação Indígena Kaxuyana, Tunayana e Kahyana
 AMIRMO – Associação das Mulheres Indígenas da Região do Município de Oriximiná
 APIM – Associação dos Povos Indígenas do Mapuera
 APITMA – Associação dos Povos Indígenas Trombetas Mapuera
 APIW – Associação dos Povos Indígenas Wai-Wai
 CGPH – Conselho Geral dos Povos Hexkaryana

APOIO

Iepé – Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
 RCA – Rede de Coperação Amazônica

APOIO FINANCEIRO

Gordon and Betty Moore Foundation
 Rainforest Foundation Norway

RETRATOS DE JOANISIO MESQUITA



